



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARCICLEIDE DA SILVA ARAÚJO

**INCLUSÃO DA PESSOA SURDA NA SALA DE AULA DO ENSINO
REGULAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

CAMPINA GRANDE-PB
JUNHO/2012

MARCICLEIDE DA SILVA ARAÚJO

**INCLUSÃO DA PESSOA SURDA NA SALA DE AULA DO ENSINO
REGULAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. CRISTIANE MARIA NEPOMUCENO

CAMPINA GRANDE-PB
JUNHO/2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

A15i

Araújo, Marcicleide da Silva.

Inclusão da pessoa surda na sala de aula do ensino regular: possibilidades e desafios [manuscrito] / Marcicleide da Silva Araújo. – 2012.

89 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno, Departamento de Ciências Sociais”.

1. Educação Especial. 2. Inclusão Escolar. 3. Inclusão de Surdos. 4. Desafios à Inclusão. I. Título.

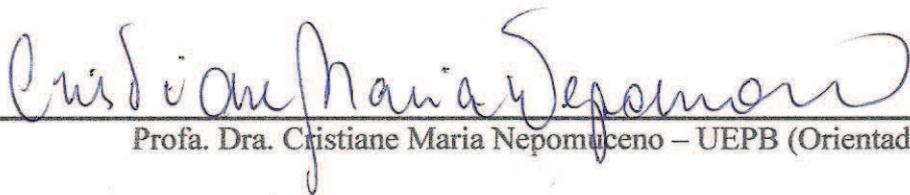
21. ed. CDD 371.912

MARCICLEIDE DA SILVA ARAÚJO

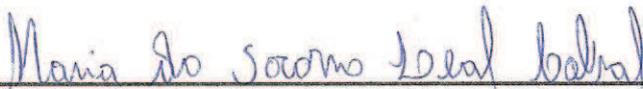
**INCLUSÃO DA PESSOA SURDA NA SALA DE AULA DO ENSINO
REGULAR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Aprovada em: 15 de junho de 2012

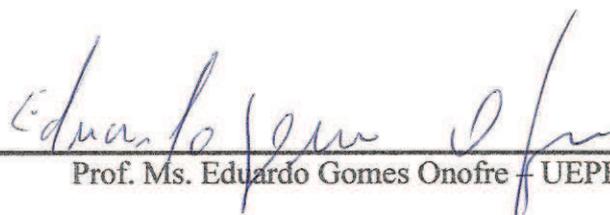
NOTA: _____



Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno – UEPB (Orientadora)



Profa. Esp. Maria do Socorro Leal Cabral – EDAC (Examinadora)



Prof. Ms. Eduardo Gomes Onofre – UEPB (Examinador)

Dedico primeiramente a Deus por ter me dado sabedoria e coragem para enfrentar as dificuldades. Aos meus pais, pela dedicação e incentivo, por acreditarem e me apoiarem nesta trajetória de minha vida. As minhas filhas Maysa e Joice, que muitas vezes tiveram que suportar minha ausência. A todos que de uma forma ou de outra me ajudaram sempre.

AGRADECIMENTOS

À Deus, primeiramente, em quem encontro força, coragem e sabedoria, Senhor de minha vida e grande responsável pelo alcance da conclusão desta tarefa.

À minha família, minha mãe, meu pai e meus irmãos e irmãs, por terem acreditado em mim, nos meus projetos sempre. Obrigada por todo amor e incentivo dedicados.

À meu irmão Marinho (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sempre senti sua presença ao meu lado, dando-me força. Obrigado por ter existido na minha vida.

Ao meu esposo, José, por ter suportado minhas ausências e por, nos momentos de estresse, me tolerar. Muito obrigado!

Às minhas filhas, Maysa e Joice, que apesar de muito pequenas sempre souberam entender os motivos de minha ausência num momento tão especial de suas vidas - a infância, demonstrando sempre muito carinho e me vendo como exemplo. A elas todo o meu amor.

Às minhas amigas e grandes parceiras, Cassia Cristina, Ionath, Joselma, Ana Paula, Rosemeire, Carol, Raquel, Lídia, por estarem comigo me fazendo companhia, me fortalecendo, divertindo e me fazendo superar momentos durante essa jornada, por vezes, bem difíceis. Por isso, todo meu agradecimento a essas pessoas mais que especiais.

Às meninas da minha turma, pelos momentos de descontração, amizade e apoio.

À minha Orientadora Cristiane Nepomuceno, que apesar de muito atarefada, procurou mostrar-me os caminhos a serem perseguidos. Agradeço pela compreensão, pela orientação sempre tão preciosa para a concretização deste trabalho, pela paciência diante dos mais variados problemas que surgiram ao longo do mesmo, onde sempre com muita sabedoria soube orientar-me a fim de resolvê-los da melhor forma possível.

À professora Socorro Leal (Côca) pelas leituras sugeridas ao longo dessa caminhada, que com sua dedicação e amor a Educação de Surdos, me fez gostar cada dia mais dessa temática, mostrando-me a mágica escondida na língua de sinais, incentivando e ajudando no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores/as do Curso de Pedagogia da UEPB, pela atenção e dedicação a me disponibilizado sempre. A todos, o meu muito obrigado pelos conhecimentos que adquiri até hoje, estes servirão de pilar para muitos outros. Vocês são inesquecíveis.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando foi necessário.

À diretora e aos funcionários da Escola Municipal Manoel Francisco da Motta muito obrigado pela atenção e ajuda a me dedicados durante a realização da pesquisa.

Às professoras da sala de aula na qual realizamos a pesquisa, pelo apoio e ajuda no desenvolvimento desta pesquisa. Obrigado por me permitir conhecer mais de perto a realidade vivenciada, não apenas pela pessoa Surda, mas também pelos profissionais que recebem este alunado.

À aluna Surda do 5º ano da Escola Municipal Manoel Francisco da Motta, por me permitir conhecer mais de perto os desafios enfrentados no seu dia a dia, onde pude ver as enormes dificuldades com que passa. O meu muito obrigado a esta menina mais que encantadora!

“Não é preciso que ele escute os sons e as vozes que você escuta, nem fale assim como é mais comum falar, mas é preciso escutá-lo com a atenção de quem sabe ouvir o que também dizem mãos, olhos e gestos, mesmo que ele não ouça, nem pronuncie uma só palavra, por que não ouvir não é impedimento para escutar a vida”.

(Laise Rezende)

RESUMO

O presente estudo buscou fazer uma discussão sobre como a inclusão de Surdos está acontecendo na sala de aula do ensino regular, e teve como objetivo geral analisar se a inclusão acontece de fato ou se incorre em exclusão, na qual os Surdos não têm suas necessidades de aprendizagem atendidas. Esta pesquisa fundamentou-se na hipótese de que a escola regular não consegue oferecer um atendimento de qualidade e inclusivo porque dificilmente tem-se na sala de aula um/a professor/a com uma formação adequada, que os possibilite lidar com Surdos. E a escola por não disponibilizar Intérpretes de Língua de Sinais esta situação agrava ainda mais. Os envolvidos na pesquisa foram duas professoras, uma aluna Surda e alguns alunos ouvintes do 5º ano do turno da tarde da Escola Municipal Manoel Francisco da Motta em Campina Grande/PB, estes estavam em contato diariamente com a aluna Surda. Metodologicamente esta pesquisa quanto aos objetivos pode ser definida como um estudo de natureza exploratória e descritiva. Quanto a pergunta e aos procedimentos a pesquisa pode ser classificada como do tipo Estudo de Caso já que objetiva conhecer em profundidade uma dada situação. Por se tratar de uma pesquisa educacional utilizamos a abordagem de cunho qualitativo e desenvolvemos nosso estudo a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Empregamos também o estudo do tipo etnográfico como meio de atingir os objetivos propostos. Usamos para a coleta dos dados entrevistas (semi-estruturadas) e observação na sala de aula do ensino regular. Para a análise dos dados utilizamos a análise dos conteúdos. Em relação a pesquisa teórica para subsidiar nossa pesquisa foram lidos vários estudiosos: Lima (2011), Ferreira (2005), Dorziat (2009), Marchesi (2004), Paulon (2005), Sacks (1998), Strobel (2008), Mazzota (2005), dentre outros. Para fundamentar e instrumentalizar o olhar acerca da inclusão foram lidos também alguns documentos legais, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994) , entre outros. Os resultados obtidos através da pesquisa que originou este trabalho revelaram que são muitos os desafios e limites postos a inclusão da pessoa Surda no espaço de ouvintes, ainda mais quando este não oferece suporte prático à superação deste problema tão comum hoje na escola regular que atende pessoas Surdas. É possível dizermos que muito ainda precisa se fazer em termos de políticas públicas para garantir realmente o direito de acesso dos Surdos a uma educação de qualidade e igualitária.

PALAVRAS - CHAVE: Inclusão de Surdos. Escola regular. Desafios à inclusão.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 – Demonstração de uma aula de português | 55 |
| QUADRO 2 – Demonstração de uma aula de matemática..... | 57 |
| QUADRO 3 – Demonstração de uma aula de artes..... | 58 |
| QUADRO 4 – Demonstração de uma aula de Português..... | 59 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| HZ | Hertz é a unidade de frequência |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| RH | Fator Rh é um dos dois grupos de antígenos eritrocitários |
| ANEE | Atendimento aos Alunos com Necessidades Educativas Especiais |
| DERDIC | Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação |
| C.E.S. B | Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. |
| EDAC | Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima |
| FENEIS | Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos |
| MEC | Ministério da Educação (antigo nome Ministério da Educação e da Cultura) |
| LIBRAS | Língua Brasileira de Sinais |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. |
| INES | Instituto Nacional de Educação dos Surdos |
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| ILS | Intérprete de Língua de Sinais |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| SEDUC/CG | Secretaria de Educação Campina Grand |
| LS | Língua de Sinais |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |
| UEPB | Universidade Estadual da Paraíba |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba |

SUMÁRIO

| | |
|-----------------|----|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
|-----------------|----|

CAPITULO 1

| | |
|--|----|
| 1 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DE SURDOS..... | 17 |
| 1.1 PARA INÍCIO DE CONVERSA: UMA BREVE CONCEITUAÇÃO DA SURDEZ..... | 17 |
| 1.2 CAUSAS DA SURDEZ..... | 18 |
| 1.3 GRAUS DA SURDEZ..... | 19 |
| 1.4 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS..... | 20 |
| 1.4.1 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL..... | 22 |
| 1.4.2 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA PARAÍBA E EM CAMPINA GRANDE..... | 23 |
| 1.5 SURDO NÃO É MUDO, FALA LÍNGUA DE SINAIS..... | 24 |

CAPITULO 2

| | |
|---|----|
| 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA..... | 28 |
| 2.1 EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO DE TODOS..... | 28 |
| 2.2 INCLUSÃO: CONCEITOS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS..... | 32 |

CAPITULO 3

| | |
|---|----|
| 3 CAMINHOS TRILHADOS..... | 44 |
| 3.1 CLASSIFICANDO A PESQUISA E APRESENTANDO OS PROCEDIMENTOS..... | 44 |
| 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA..... | 46 |
| 3.3 PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA..... | 48 |

CAPITULO 4

| | |
|---|----|
| 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS..... | 52 |
| 4.1 A TURMA OBSERVADA..... | 52 |
| 4.2 A OBSERVAÇÃO..... | 53 |
| 4.3 APRESENTANDO AS FALAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA..... | 59 |
| 4.3.1 A ALUNA SURDA..... | 59 |
| 4.3.1.1 A FALA DA ALUNA..... | 60 |
| 4.3.2 AS PROFESSORAS..... | 65 |
| 4.3.2.1 AS FALAS DAS PROFESSORAS..... | 65 |

| | |
|---------------------------|----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 74 |
|---------------------------|----|

| | |
|------------------|----|
| REFERÊNCIAS..... | 77 |
|------------------|----|

APÊNDICE

ANEXOS

É preciso ser SURDO para perceber...

Como é "ouvir" uma mão?

É preciso ser surdo para perceber!

O que é ser uma pequena criança na escola, numa sala sem som com um professor que fala, fala e fala e, quando se aproxima espera que saibas o que disse.

Precisas ser surdo para perceber!

Ou o professor que pensa que para ser inteligente deves primeiro, aprender como falar com a tua VOZ.

Precisas ser surdo para perceber!

Como é ter alguém a gritar pensando que te ajudara a ouvir ou não entender as palavras de um amigo que tenta tornar uma piada mais clara e não pegas o fio da meada Por quê?

Ele falhou!

Precisas ser surdo para perceber!

Como é quando se riem na tua cara quando tentas repetir o que foi dito somente para estares seguro que entendeste e descobres que as palavras foram mal ditas.

Precisas ser surdo para perceber!

Como é ter que depender de alguém que pode ouvir para telefonar a um amigo ou marcar um encontro de negócios e ser forçado a repetir vezes sem conta e no fim descobrir que a tua mensagem não foi bem divulgada.

Precisas ser surdo para entender!

Como é ser surdo e sozinho em companhia dos que podem ouvir e somente tentas adivinhar, pois não há ninguém lá com uma mão ajudante enquanto tentas acompanhar as palavras e a música.

Precisas ser surdo para perceber!

Como é estar na estrada da vida encontrar um estranho que abre a boca e diz alto uma frase a passos rápidos e não podes entendê-lo!

Precisas ser surdo para perceber!

Como é compreender alguns dados ligeiros que descrevem a cena e te fazem sorrir e sentir-te sereno com a "palavra falada" de uma mão em movimento que te torna parte deste mundo tão amplo! Precisas ser surdo para perceber!

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão é um tema que vem se desenvolvendo de forma intensa, porque implica em questão de direitos humanos e na definição de políticas públicas que devem não apenas ser planejadas, mas, principalmente, executadas. A concepção que orienta as principais discussões acerca da educação inclusiva é a de que a escola é um dos espaços de ação e de transformação que precisa garantir o direito de todos à escolarização.

A inclusão escolar da pessoa Surda não tem sido uma política vigorante devido à falta de educadores qualificados e ambientes adequados para o acolhimento destes. Uma vez que tanto as pessoas Surdas quanto os educadores necessitam de uma atenção melhor nos ambientes educacionais. Como afirma Carneiro (2005, p. 30), a inclusão é o “conjunto de processos educacionais decorrente da execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento”, e é neste sentido que o processo de inclusão da pessoa Surda deve ser viabilizado.

Esta monografia discute a inclusão de alunos Surdos¹ em uma escola regular, pública, de Campina Grande, verificando quais os desafios enfrentados por esses sujeitos neste ambiente. Dessa forma, tomou-se como objeto de estudo uma educanda Surda na Escola Municipal Manoel Francisco da Motta, com objetivo de verificar se o processo de inclusão de Surdos acontece de fato ou se incorre em exclusão, na qual os Surdos não têm suas necessidades de aprendizagem atendidas. Buscamos, aqui, também discutir os elementos que afetam à inclusão escolar das pessoas Surdas numa perspectiva de análise das possibilidades e desafios envolvidos nesse processo.

A escola regular municipal não consegue oferecer uma educação de qualidade e inclusiva porque dificilmente existe, em sala de aula, o Intérprete de Língua de Sinais (ILS) que possa proporcionar um atendimento melhor e ajudar o professor no desenvolvimento de atividades com os sujeitos Surdos. Nesse contexto, a inclusão como processo encontra-se, ainda, numa fase inicial em que os desafios apresentam-se de forma muito intensa pelo fato de que, na escola pública regular municipal, as salas de aulas estão superlotadas. Isso dificulta o trabalho do professor que de uma forma ou de outra não consegue atender a todos.

¹Comumente utilizamos a terminologia *Surdos* sem flexão de gênero para referir-se ao masculino e feminino, mesmo sabendo da importância das questões de gênero e do uso de palavras na forma masculina e feminina, ou seja, geralmente não se utiliza a terminologia *Surdas*. Neste trabalho a expressão *Surda* é utilizada para referir à aluna objeto da pesquisa e também quando nos referirmos a comunidade e/ou pessoa Surda como forma de facilitar o entendimento do leitor.

A escolha para realização desta pesquisa deve-se ao fato de que a pesquisadora tem um irmão Surdo que durante a infância não recebeu a devida atenção na escola regular em decorrência da ausência de formação específica dos professores. Tal carência impossibilitou a comunicação através da língua de sinais, situação que contribuiu para que ele fosse excluído. Esta circunstância não permitiu que o mesmo fosse aceito na escola, desse modo, o pouco que aprendeu foi observando as aulas na janela da escola a qual seus irmãos e irmãs estudavam.

A partir daí, no momento em que ingressei na universidade, comecei a me deparar com questionamentos dos quais me faziam, constantemente, refletir sobre os motivos da exclusão tão comum de Surdos na escola regular. Com isso, quando percebi na grade curricular do curso de Pedagogia o componente curricular LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e Educação Especial, fiquei muito feliz, pois poderia desenvolver trabalhos nessa área. Deste modo, como forma de verificar o porquê da exclusão, venho através deste trabalho mostrar um pouco esta realidade por meio da análise de uma criança Surda que hoje já inserida na escola regular. Procurando conferir, se a escola tem condições de receber essa pessoa, ou, se a realidade ainda perdura atualmente.

Para fundamentar e instrumentalizar o olhar acerca da garantia de que toda pessoa com deficiência tem o direito a uma educação de qualidade, como todo e qualquer indivíduo, foram lidos os seguintes documentos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Constituição Federal (1988), Declaração de Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB (Lei 9394/96), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001), além de outras.

Estas leis, respaldadas por preceitos teóricos, estabelecem desde os princípios as diretrizes indispensáveis à inclusão de Surdos na escola e nas demais esferas da sociedade. Com relação à pesquisa teórica para subsidiar esta pesquisa foram lidos vários estudiosos: Lima (2011), Ferreira (2005), Dorziat (2009), Marchesi (2004), Paulon (2005), Sacks (1998), Strobel (2008), Mazzota (2005), dentre outros.

É importante esclarecer que no decorrer do trabalho usamos o “S” maiúsculo para classificar as pessoas Surdas, ou seja, como forma de marcar uma concepção política de surdez, para além do fator biológico (DORZIAT, 2009, p. 9). Ou ainda, revelar que os Surdos são sujeitos que lutam pelos seus direitos na sociedade, como os direitos políticos, culturais e, acima de tudo, linguísticos, afirmando que têm uma língua própria e que devem ser respeitados por suas diferenças linguísticas. Enquanto que para Danesi (s.d) desde que a surdez passou a ser vista de forma mais abrangente, através de uma visão sócio antropológica, muitas pessoas começaram a fazer questão de distinguir a surdez auditiva da surdez como

entidade linguística e cultural, escrevendo a primeira com "s" minúsculo e a segunda com "S" maiúsculo.

Como forma de atingir os objetivos aqui propostos utilizou-se a abordagem qualitativa e o estudo de caso do tipo etnográfico. Por se tratar de uma pesquisa descritiva e exploratória, usamos para a coleta dos dados às técnicas da entrevista e da observação, visto estas permitirem uma melhor compreensão da realidade vivida. Uma vez que se faz necessário entrar em contato com o objeto da pesquisa durante um período de tempo suficiente para comprovar ou não nossa hipótese e responder nossa questão norteadora.

Organizamos o nosso trabalho em quatro capítulos. Nesse sentido, o primeiro capítulo está intitulado “Contextualizando a Educação de Surdos”. Este vem, de forma breve, tratar sobre o histórico da educação de Surdos no mundo, no Brasil, na Paraíba/Campina Grande, como também aborda os graus de surdez e as causas.

O segundo capítulo faz um recorte da “Educação inclusiva”, discutindo os documentos legais que visam uma educação para todos e igualitária; conceituando a inclusão, demonstrando as possibilidades e desafios encontrados nesse processo e a importância da língua de sinais à pessoa Surda.

O terceiro capítulo, denominado “Caminhos trilhados”, apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, mostrando a abordagem, o método, a coleta e a análise dos dados colhidos na pesquisa.

No quarto capítulo, chamado “Apresentação e análise dos dados coletados” delineamos algumas reflexões fundamentadas nas informações colhidas durante a pesquisa de campo, através das entrevistas e observações feitas em sala de aula. Finalizamos o trabalho apresentando as nossas conclusões feitas a partir da análise geral do trabalho.

É sabido que a implantação de propostas com vista à construção de uma educação inclusiva requer mudanças nos processos de formação de professores, no currículo escolar, nas metodologias educacionais, juntamente com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam a necessidade de todos os/as alunos/as.

A relevância dessa proposta decorre da necessidade de conhecer a educação inclusiva que, atualmente, se encontra um pouco inviável para um país que apresenta grandes dificuldades nos sistemas de ensino. Visto que a situação em que as escolas públicas encontram-se é bem problemática, a começar pelos equipamentos que já são bem precários para o ensino regular e para os que já se encontram supostamente incluídos.

U



CAPITULO I

M



1 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DE SURDOS

“O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”

Boaventura de Souza Santos (1997)

1.1 Para início de Conversa: uma breve conceituação da surdez

A perda da capacidade da audição, seja de forma parcial ou total, é denominada surdez, que pode ser de nascença ou causada por doenças. A audição é o sentido responsável por captar as informações sonoras graves, agudas, altas ou baixas que nos rodeiam, sejam elas sons de palavras ou não. A surdez pode surgir durante a gravidez, no parto, na primeira infância ou em qualquer outra fase da vida. A surdez pode causar problemas emocionais e psicológicos, alterações de aprendizado, alterações de fala, problemas profissionais no trabalho, insatisfação e solidão.

De acordo com a cartilha elaborada pelo Ministério da Educação, a saber: “O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa” está posto que “(...) a surdez consubstancia experiências visuais do mundo. Do ponto de vista clínico, comumente se caracteriza a surdez pela diminuição da acuidade e percepção auditivas que dificulta a aquisição da linguagem oral de forma natural” (BRASIL, 2004, p.10).

No nosso cotidiano, percebemos que algumas pessoas entendem a surdez como a incapacidade de escutar e de oralizar. Todavia, existem sujeitos que perderam a audição, somente após ter aprendido a oralizar, assim, essas pessoas oralizam, porém não escutam a sua própria voz. Ocorrem também, os casos onde as crianças nascem com surdez profunda e a partir do desenvolvimento das terapias de fala conseguem obter o resultado compreensível através da língua oral auditiva.

Outro fato do nosso dia a dia é a confusão dos termos surdez com mudez, trazida ao longo dos anos por uma visão que só existia uma forma de falar, que era através da língua oral. Porém, na década de 60 do século XX, estudos e pesquisas mostraram e comprovaram que a comunicação gesto visual é uma língua. Isto quer dizer que ser Surdo não significa não poder oralizar, uma vez que, pessoas ouvintes podem ficar impedidas de oralizar por causa de comprometimentos no aparelho fonador.

Não oralizar é o que leva as pessoas a chamarem o Surdo de mudo. Com isso observamos que se trata de pessoas sem o conhecimento da existência da língua de sinais, que

é uma língua falada na modalidade gesto visual pelos Surdos que vivem em comunidade e com pessoas que não são Surdas, mas que convivem com os mesmos, no caso do Brasil, denominada Língua Brasileira de Sinais, comumente chamada LIBRAS.

Podemos dizer que Comunidade Surda corresponde ao grupo de pessoas Surdas que compartilham dos mesmos objetivos e trabalham no sentido de alcançarem esses objetivos. Uma Comunidade Surda pode incluir pessoas que não são Surdas, mas que apoiam os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas Surdas para os alcançarem (cf. FILHO & OLIVEIRA, 2010, s.p).

Desta forma dizemos: Surdo não é mudo, pois mudez significa que a pessoa não emite sons vocais, porém, ser Surdo “não é apenas não ouvir ou ouvir pouco, mas é ter uma característica diferente, ver o mundo e apreender a realidade com os olhos. É ter uma cultura própria com sua língua natural” (OLIVEIRA, 2009, s.p) Mais adiante iremos nos ater sobre este assunto. Lembremos que: existe a língua oral auditiva usada pelos ouvintes², a língua oral usada pelos Surdos, que passaram pela terapia de fala, e a língua de sinais falada pelos Surdos e que ainda podemos falar estas através da modalidade escrita.

Quanto mais cedo detectarmos a surdez, maiores serão as suas implicações e sucessos na aquisição da língua. O exame de Audiometria mede o quanto de som você escuta e classifica pela média da intensidade e frequência em HZ os tipos de surdez.

1.2 Causas da surdez

As principais causas da surdez são: hereditariedade, viroses maternas (rubéola, sarampo), doenças tóxicas da gestante (sífilis, citomegalovírus, toxoplasmose), ingestão de medicamentos ototóxicos (que lesam o nervo auditivo) durante a gravidez (cf. no Site da REDE SACI). Vejamos a seguir as causas mais comuns:

Causas pré-natais: a criança adquire a surdez através da mãe, no período de gestação, devido à presença de alguns fatores, tais como:

- Viroses (rubéola, sarampo, caxumba);
- Protozoários (toxoplasmose);
- Drogas ototóxicas (antibióticos);
- Gestação de alto risco.

Causas Neonatais: quando a criança fica Surda em decorrência de problemas no parto:

² O termo “ouvinte” refere a todos aqueles que não compartilham as experiências visuais enquanto Surdos.

- Parto demorado ou difícil;
- Posição inadequada do bebê;
- Bebê enrolado no cordão umbilical;
- Ruptura precoce da bolsa d'água.
- Incompatibilidade do fator RH que podem provocar danos no sistema nervoso central.

Causas pós-natais: a criança fica surda em decorrência de problemas após seu nascimento:

- Meningite;
- Medicação ototóxicas em excesso ou sem orientação médica;
- Sífilis adquirida;
- Virose;

Vale dizermos que são várias as causas que originam a surdez, embora o conhecimento científico seja ainda insuficiente para identificar todas elas, o diagnóstico médico permite, em muitos casos, que se identifique a causa mais provável da perda auditiva, mas, infelizmente, nem sempre isso é possível.

1.3 Graus da surdez

A surdez é uma condição que se manifesta em diferentes graus, podendo exprimir-se de diversas formas, desde a leve, média ou moderada até a profunda.

A surdez leve/moderada, por exemplo, é aquela em que a perda auditiva é de setenta (70) decibéis, o que atrapalha, mas não impede a pessoa de expressar-se oralmente, bem como de perceber a voz humana com ou sem a utilização de um aparelho auditivo.

Já a surdez severa /profunda é a perda auditiva acima de setenta (70) decibéis, que inibe a pessoa de perceber, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de captar naturalmente o código da língua oral. Sujeitos com surdez profunda são os que não apresentam nenhuma forma de comunicação oral. Normalmente, isto acontece com as pessoas que nasceram surdas, devido a alguma doença tida pela mãe no período de gestação. Para eles, deve-se incentivar o uso da linguagem visuogestual, caracterizando, por assim dizer, o uso da língua de sinais.

A condição de surdez inflige muitos desafios não exclusivamente às pessoas Surdas, mas também a toda família e aos sujeitos que se dedicarão de alguma forma a atender esses

indivíduos. E a falta de habilidade na língua de sinais pode ser um empecilho que dificultará a comunicação.

O contato diariamente com sons excessivos também pode levar as pessoas a perderem a capacidade de ouvir, isto incide se o sujeito fica permanentemente em ambientes com ruídos acima de oitenta e cinco (85) decibéis, por um período extenso, aproximadamente oito horas todos os dias.

O Surdo, por sua vez, para Alves et al “[...] a pessoa que tem déficit na audição. Essa é uma denominação aceita hoje pela comunidade de surdos, por compreender que não escutar não significa ser incapaz de se comunicar, mas ter limitações para a fala oral [...]” (2011, p.177).

Por outro lado, podemos considerar os Surdos como aqueles indivíduos que se identificam enquanto pessoas Surdas, participantes de uma comunidade Surda e de uma identidade multifacetada. Podendo caracterizá-los como aqueles que apreendem o mundo por meio de experiências visuais e que tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais [...] (BRASIL, 2004, p.10).

Desse ponto de vista, os Surdos são capazes de ler o mundo através das suas experiências visuais, pois é por meio do olhar que eles abstraem os conhecimentos de mundo e são capazes de identificá-lo.

1.4 Breve histórico da Educação de Surdos

Historicamente, desde os tempos longínquos, os Surdos vêm sofrendo devido à ocorrência de práticas sociais segregadoras que determinavam uma política educacional na qual poucos Surdos podiam participar dos espaços sociais e educacionais que fossem realmente inclusivos, confirmando, portanto, uma pedagogia da exclusão.

Dentro de uma sociedade exclusivista, buscar incluir pessoas Surdas no setor educacional regular tem sido um desafio, não somente para professores, mas para a escola de um modo geral.

Com a finalidade de facilitar o entendimento de toda essa exclusão sofrida pelos sujeitos Surdos atualmente, é necessário que conheçamos a história da educação dos Surdos, pois, as informações obtidas por meio dessa retrospectiva são fundamentais para compreendermos as mudanças ocorridas nas últimas décadas e desvelarmos esse emaranhado de circunstâncias

que derivaram na exclusão tão comum nos espaços educacionais hoje. Percebemos, dessa forma, que,

[...] erguem-se na história verdadeiros arautos da discriminação e rotulação para nomear e tratar este segmento de pessoas, fatos estes que mesmo na contemporaneidade convivem na sociedade, por desconhecimento ou por interesse alheios aos anseios deste segmento de pessoas [...] (TURECK & CARVALHO, 2006.p.70).

É importante reiterarmos a necessidade do esclarecimento de que os Surdos em épocas atrás não eram vistos como sujeitos/pessoas, mas, geralmente eram percebidos como incapazes, pois os viam tendo como referência a visão clínica. As situações vividas pelo segmento de pessoas com deficiência não se determinam apenas pelos fatos mais recentes, mas, sim, são determinações históricas concretas, que imputam a respeito destas compreensões agregadas de elementos pouco científicos, com resultados negativos (TURECK & CARVALHO, 2006, p.64).

No ano de 1776, Charles M. Epée publicou sua obra escrita mais importante intitulada: “A verdadeira Maneira de Instruir os Surdos-Mudos”. Seus trabalhos tiveram muita projeção, influenciaram e conduziram a realizações práticas pelo inglês Thomas Braid Wood (1715 – 1806) e o alemão Samuel Heinecke (1729 – 1790). Ambos fundaram, em seus respectivos países, institutos para a educação de “surdos-mudos”.

Heinecke inventou o chamado método oral, com o intuito de ensinar os surdos a ler e a falar mediante movimentos dos lábios. Este método veio em oposição ao método de sinais de Charles M. Epée. Não se sabe, porém, se realmente estes métodos tiveram validade (MAZZOTA, 2005.p.18).

Em 1929 foi fundado o Instituto Santa Terezinha em São Paulo, por iniciativa do Bispo Dom Francisco de Campos Barreto. Isto se deu devido à preparação de duas freiras brasileiras em Paris. A partir da especialização das freiras no Instituto de Bourg-la-Reine- Paris, somente assim, foi possível o ensino de crianças surdas. Contudo, o instituto oferecia além do ensino de 1º grau, atendimento médico, fonoaudiológico, psicológico e social (MAZZOTA, 2005, p.36).

A partir da década de 1960, produz-se um movimento bastante forte que impulsionou e defendeu que toda pessoa com deficiência tem o direito à educação. Um dos principais fatores que favoreceram as mudanças para a educação dos Surdos foi o da educação obrigatória.

Segundo Marchesi (2004, p.18):

As escolas regulares têm de enfrentar a tarefa de ensinar a todos os alunos e constata as grandes diferenças que existem entre eles. A generalização do ensino médio leva a reformulação das funções da escola que deve ser “compreensiva”, isto é, integradora e não segregadora.

Na década de 70, a Educação Especial sofreu uma ampliação com instalação de um verdadeiro subsistema educacional, com a proliferação das instituições públicas e privadas de Atendimento aos alunos com Necessidades Educativas Especiais – ANEE.

Nesta breve revisão histórica é oportuno citar que para o atendimento das pessoas Surdas a DERDIC (Divisão de Educação e reabilitação dos Distúrbios da Comunicação) foi uns centros educacionais mais importantes, especializados no ensino e pesquisa das pessoas da áudio comunicação (MAZZOTA, 2005, p.38).

1.4.1 A Educação de Surdos no Brasil

Conhecer a história da educação dos Surdos, bem como suas frequentes exclusões nos espaços educacionais, serve de suporte para analisarmos criticamente as consequências que essa situação traz no desenvolvimento desses sujeitos. No Brasil, o atendimento a alunos Surdos ocorreu graças aos esforços de Ernesto Huet e seu irmão. Em 1856, originou-se o Imperial Instituto dos surdos-mudos. Tal fato foi um marco para a Educação de Surdos no Brasil.

Após cem anos de sua fundação passou a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES – em 1857. Este instituto utilizou a Língua de Sinais, no início, porém, em 1911 estabeleceu-se o oralismo puro, com proibições da Língua de Sinais. “Mas os surdos nunca deixaram de utilizá-la nos momentos informais de suas vidas”, como ressalta Costa (2008, p. 3).

A criação do INES abriu possibilidades de discussão da educação de Surdos. Em 1935 a Escola Estadual Instituto Pestalozzi prestou atendimento a alunos Surdos.

No fim da década de 70 chegou ao Brasil a Comunicação Total por intermédio da educadora de Surdos Ivete Vasconcelos, da Universidade de Gallaudet. E na década de 80 começaram as pesquisas sobre o bilinguismo no Brasil, a partir de estudos realizados pela professora Lucinda Ferreira Brito sobre LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais (LIMA apud SANTANA, 2004, p.17).

Devemos enfatizar que a exclusão sempre esteve presentes na vida dos alunos Surdos, mesmo quando se estabeleceu a obrigatoriedade de vagas para essas pessoas, eles não puderam usufruir em sua totalidade.

A nível nacional também foram criadas campanhas em prol do atendimento educacional a pessoa Surda. Tem como destaque a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro- C.E.S. B- pelo Decreto Federal nº 42.728/57. Essa tinha por finalidade promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo o território nacional (MAZZOTA, 2005, cf. p.49-50). Nos diz o mesmo autor, citando um outro estudioso: Lemos (1981), que isto pode talvez ter confundido suas atividades com as do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Alguns anos depois a campanha foi desativada pela supressão de dotações orçamentárias (apud MAZZOTA, 2005, p.50).

Não obstante, constata-se hoje a dificuldade de aceitação dos Surdos, não somente no ambiente educativo regular, mas em todos os espaços sociais. Isto ocorre pela falta de comunicação apresentada entre Surdos e ouvintes. Assim sendo, os Surdos, muitas vezes, deixam de receber os conhecimentos de que necessitam para o seu enriquecimento e aprofundamento do saber. Sempre houve um enfrentamento das pessoas Surdas para terem atendidas suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento, sem apenas ter que contar com filantropia para que sejam considerados como pessoas.

1.4.2 A Educação de Surdos na Paraíba e em Campina Grande

Na Paraíba, a educação de Surdos iniciou-se a partir dos anos 80, quando a Universidade Federal da Paraíba – UFPB – criou a Habilitação para Educação dos Deficientes da Audiocomunicação – EDAC. Essa proposta tinha a intenção de preparar a pessoa Surda para uma convivência social, trabalhava-se com base na linha da oralização.

A Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima – EDAC, em Campina Grande, inicialmente foi criada como um campo de estágio para as formandas com habilitação em EDAC, mas hoje é uma escola que atende a alunos Surdos oriundos da cidade de Campina Grande e das cidades circunvizinhas.

Os estudos a respeito da surdez levaram algumas professoras da atual Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – e da Escola de Surdos – EDAC – a repensar a educação de Surdos e buscar diversas melhorias nessa área, começando, assim, a luta por uma educação baseada no respeito à diferença linguística e cultural que defende a liberdade de expressão dos Surdos e seus direitos de escolha por escolas bilíngues.

O início da década de 90 foi marcado pela filosofia da Comunicação Total³, porém, os estudos sobre a língua de sinais e sobre a pessoa Surda possibilitou que se firmasse uma nova perspectiva na educação de Surdos em Campina Grande a, perspectiva bilíngue – bicultural⁴.

Hoje não somente Campina Grande, mas outras cidades da Paraíba, por exemplo, Aroeiras e Gado Bravo, empenham-se no ensino de Surdos numa perspectiva bilíngue na qual os Surdos têm como primeira língua a LIBRAS – L1 – e a língua de instrução. Tudo isso com respaldos nos direitos humanos e linguísticos.

1.5 Surdo não é mudo, fala Língua de Sinais

A Língua de Sinais é a forma que as comunidades Surdas e pessoas que não são Surdas, mas que dominam essa língua utilizam para comunicar-se. Esta linguagem apresenta as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela Linguística⁵, pois através desta língua os sujeitos transmitem uma forma de comunicação que possibilita o outro entender, ora através da modalidade visuogestual, ora por meio da escrita (BRASIL, 2004, p.08).

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais é a língua utilizada pelas comunidades Surdas. Esta sigla é difundida pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS).

A língua de sinais é preponderante para a construção da identidade dos sujeitos Surdos, visto que o uso desta linguagem é facilitador para o processo de interação dessas pessoas na sociedade. A língua de sinais é uma língua falada na modalidade gesto visual pelos Surdos que vivem em comunidade.

De acordo com a Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002, entendem-se como Libras - Língua Brasileira de Sinais, a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (ALVES et al, 2011, p.178).

³ A Comunicação Total defende a utilização de todos os recursos linguísticos, orais ou visuais, simultaneamente, privilegiando a comunicação, e não apenas a língua (Cf. surdo.org [site]).

⁴ É a que tem como base a necessidade que os Surdos têm de comunicar-se com dois mundos e vivenciar duas culturas. Utilizando, portanto, a Língua de Sinais como primeira língua para comunicar-se com a Comunidade Surda e Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua para se integrar na sociedade.

⁵ Linguística - É a ciência da linguagem humana.

A Língua de Sinais é essencial quando tratamos de inclusão, pois o conhecimento dessa língua pela comunidade Surda garante com que sejam respeitadas suas diferenças e que estes se reconheçam e tenha uma identidade própria. Isto faz com que os Surdos convivam de forma mais igualitária e possam desenvolver-se enquanto cidadãos.

Para que um professor ou uma professora possa comunicar-se com os Surdos, a língua de sinais se apresenta como imprescindível para garantir uma aprendizagem eficaz. Segundo Sacks (1998, p.22), ser deficiente de linguagem “chega a ser uma calamidade, porque é por meio da linguagem que entramos plenamente em nosso estado e cultura humanos, que comunicamos livremente com nossos semelhantes adquirimos e compartilhamos informações”.

Sabemos que na maioria das escolas comuns não há Intérprete de Línguas de Sinais - ILS e os professores nos cursos de Licenciatura não tiveram essa formação. Os alunos Surdos, diferentemente dos ditos ouvintes, utilizam no seu dia a dia o espaço visuogestual, e é a partir da língua visuogestual que eles são capazes de aprender e desenvolver seus conhecimentos. Por isso, Lima (2011, p.148) afirma que:

Para que haja a inclusão social das pessoas surdas, com o objetivo de participação social efetivas, sem a inevitável submissão a que as minorias são expostas, as escolas precisam organizar-se, considerando as questões educacionais mais amplas, relacionadas à discussão atual sobre a importância de definição de propostas pedagógicas para as escolas e, sobretudo, no caso específico da surdez, as especificidades relativas ao reconhecimento político da surdez, tendo como símbolo maior a língua de sinais.

Assim como a Língua de Sinais (LS), o Intérprete de Língua de Sinais (ILS⁶), também é importantíssimo no espaço em que o surdo esteja, pois é o ILS que vai mediar o conhecimento para que os surdos venham a inserir-se no espaço próprio para ouvintes. De acordo com Perlim (apud DORZIAT 2009, p. 72), “os ILS são intérpretes também da cultura, da língua, da história, dos movimentos, da subjetividade surda [...] sendo o ILS imprescindível para a inserção de alunos surdos em sala de aula do ensino regular”.

O ILS pode contribuir para que os diferentes estabeleçam relações sociais diversificadas, o que é de extrema importância à autoestima, como também para a aprendizagem que pode ser realizada com uma inter-relação com os demais.

⁶Intérprete de Língua de Sinais-Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita). Ver BRASIL, Ministério da educação. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial, 2004.p.11.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001, p.50) relata-nos que “professores intérpretes: são profissionais especializados para apoiar alunos surdos, surdo-cegos e outros que apresentem sérios comprometimentos de comunicação e sinalização”.

É imprescindível que tenha na escola inclusiva o intérprete de língua de sinais, porque são eles que vão permitir que os Surdos possam compreender os conhecimentos transmitidos pelos/as professores/as ouvintes para sanar as barreiras existentes no setor educativo com o intuito de possibilitar o desenvolvimento integral dos Surdos. Visto que neste espaço as informações as quais os Surdos têm acesso estão aquém do que é transmitido para os ouvintes.

De acordo com Araújo, Dorziat e Soares (2011, p.22),

[...] a proposta de inclusão de surdos é respaldada na presença de um profissional em sala de aula – o intérprete – proficiente em língua de sinais que, por saber ambas as línguas, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a portuguesa, serve de mediador entre professor e os surdos [...].

O eixo teórico nos leva a refletir sobre a importância do ILS, mas é preciso termos em mente que a presença deste não é suficiente para garantir que estes alunos possam apreender os conhecimentos dos quais necessitam para acompanhar os ouvintes.

A língua de sinais precisa ser difundida na sociedade para que os Surdos possam encontrar seu espaço. Espaço este que muitas vezes somente valorizam a oralização e o ensino da língua portuguesa, já que esta deve ser para o sujeito Surdo a segunda língua. A língua de sinais, assim como a língua oral, contribui decisivamente para o desenvolvimento interacional e cognitivo dos sujeitos surdos, pois garante uma maior satisfação dos Surdos e possibilita uma melhor relação com os ouvintes e com outros Surdos.

A partir dessa abordagem Dorziat (1999, p.186), observa mais uma vez a eficácia da língua de sinais, pois, de acordo com ela, mesmo depois de várias tentativas, os Surdos expressarem-se oralmente através do Método Oral ou Oralismo. Atualmente vários estudos consideram a importância da valorização da linguagem natural dos Surdos, Língua de Sinais.

A Língua de Sinais, funcionalmente, é o único meio capaz de substituir a língua oral utilizada pelos ouvintes. Na prática pedagógica existem poucas experiências no que concerne ao uso da língua de sinais, pois fica restrita apenas aos sujeitos Surdos ou às pessoas interessadas. Para que haja realmente a interação linguística é preciso que as pessoas do meio educacional usem efetivamente a língua de sinais.

The background of the page is a collage of various paper cutouts. At the top, there is a yellow rectangular shape with a blue circle inside. Below that, there is a yellow star shape. In the center, there is a yellow hand shape with the index finger pointing up. Below the hand, there is a yellow fist shape. To the left of the hand, there is a blue letter 'I'. To the right of the fist, there is a blue letter 'S'. The cutouts are scattered and overlap each other, creating a layered effect.

CAPITULO II

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

“O objetivo que nos cabe alcançar é legitimar o caminho a ser percorrido para a garantia dos direitos e deveres dos cidadãos surdos, especialmente a nós, que estamos diretamente envolvidos neste convívio e, por isso mesmo, melhor observamos, participamos e atuamos de modo mais objetivo em seu cotidiano, acompanhando os passos, as dificuldades, os sucessos e os fracassos desse percurso. Cabe-nos, junto a esta comunidade e, principalmente, com ela, transformar o processo, lutar para que esses direitos e deveres sejam, enfim, conquistados e a evolução natural dos fatos, finalmente, se realize.”

Eulália Fernandes (2003)

2.1 Educação como um direito de todos

A educação, de acordo com Ferreira (2001), pode ser entendida como um processo de desenvolvimento da capacidade intelectual, física e moral, considerada como um direito de todos. Mas, durante séculos os direitos atribuídos às pessoas ditas “normais” não foram os mesmos para as pessoas com deficiência. Para compreendermos mais amplamente esse processo histórico se faz necessário conhecer alguns caminhos já trilhados até se chegar a ideia que se tem de deficiência hoje.

Nos primórdios da civilização, as pessoas com deficiência eram eliminadas ao nascer ou deixadas à própria sorte. No século XVIII, a noção de respeito às pessoas com deficiência estava basicamente ligada ao espiritualismo, não existindo ainda bases realistas, pois o conceito de diferença não era compreendido ou avaliado. O desconhecimento sobre as diferenças fez com que as pessoas com deficiência fossem marginalizadas e ignoradas (MAZZOTA, 2005, p.16).

Os primeiros movimentos de atendimento as pessoas com deficiência se concretizou na Europa. As medidas educacionais se expandiram e foram levadas primeiramente para os Estados Unidos e Canadá e, posteriormente, para outros países, inclusive, o Brasil. Até o final do século XIX, diversas expressões foram utilizadas para identificar o atendimento prestado às pessoas com deficiência: “Pedagogia dos Anormais, Pedagogia Teralógica, Pedagogia Curativa ou terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa” (MAZZOTA, 2005, p.17). Todas estas expressões estavam ligadas ao sentido clínico.

Mesmo que estas expressões tenham mudado o sentido do atendimento as pessoas com deficiência, ainda hoje o tipo de acolhimento oferecido somente leva em conta a deficiência, pois veem os sujeitos com deficiência através de metonímias, ou seja, pelo que lhes falta.

No século XIX, inspirados em experiências realizadas na Europa e nos EUA, alguns brasileiros iniciaram serviços de atendimento as pessoas com deficiência. Contudo, a inclusão de uma “educação para deficientes” na política educacional brasileira vem ocorrer somente no século XX, especificadamente nos anos cinquenta e sessenta.

No Brasil as primeiras iniciativas de atendimento foram concretizadas ainda no período imperial, mais precisamente mais precisamente em 1950. Isto, somente foi feito mediante o Decreto Imperial nº 1.428, pelo então imperador D. Pedro II. Pois até então, segundo Bueno (apud CARDOSO, 2003.p.18), no Brasil, praticamente não se falava em Educação Especial, mas na educação de Alunos com Necessidades Educativas Especiais (ANEE). Contudo, profundas transformações têm ocorrido desde a década de cinquenta (50), quando os movimentos sociais vêm reivindicando, lutando por mais igualdade entre todos os cidadãos em busca da superação de qualquer tipo de discriminação.

A análise dos instrumentos legais e normativos voltados à inclusão das pessoas com deficiências – aqui destacamos os Surdos – surge com o intuito de buscar novos caminhos para a promoção de uma educação inclusiva, na qual todos os sujeitos tenham o direito a uma educação de qualidade e igualitária.

Convém registrarmos que o direito a inclusão de todas as pessoas está pautada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que declara em seu artigo VI que “Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei”.

Diz ainda no artigo VII que “Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Apoiando-se na Constituição Federal de 1988, esse direito passa, no entanto, a ser considerado institucional, e dar ênfase ao direito à educação de todos, direito este fundamental e fixado, ainda, como dever do Estado.

No capítulo III, do artigo 205, assinala que,

[...] “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (MAZZOTA, 2005, p.77).

O que, aliás, já no artigo 208 da mesma Lei é identificado como um dos princípios em que convencionou a responsabilidade de que “o dever do Estado com a educação será efetivado

mediante a garantia de [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (MAZZOTA, 2005, p.77).

Tal questão também é reafirmada em um dos fundamentos da Constituição Federal, título VIII, da ordem social em seu artigo 208 diz que “o atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2001, p.10).

O documento resultante do Plano Decenal de Educação deveria permitir que países, no prazo de dez anos, propiciassem uma educação em que todos estivessem incluídos, como os Surdos, por exemplo, que durante décadas foram e ainda são excluídos do espaço educacional regular no qual até os dias de hoje é perceptível uma falta de interesse, por parte dos governantes, em melhorar as condições de trabalho dos professores/as.

Outro documento, o mais importante para os Surdos, é a Declaração de Salamanca, que foi um apontamento resultante de encontro proferido na Espanha. Este, originário da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais, ocorrido nos anos noventa (90).

A Declaração de Salamanca estabelece que os governos:

- a) Atribua a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independente de suas diferenças ou dificuldades individuais;
- b) Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma;
- c) Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organização de pessoas portadoras de deficiência nos processos de planejamento e tomadas de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais [...] (CARNEIRO 2005, p.41-42).

Das propostas apresentadas no documento resultante da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994), destacamos alguns trechos que justificam a linha de inclusão:

Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades;

As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades [...];

As políticas educacionais deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da língua de sinais como meio de comunicação para os surdos, e

ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da língua de sinais de seu país [...];

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a todos os alunos, especialmente àqueles portadores de deficiência (BRASIL, 2001, p.14-18).

Mesmo que saibamos que o direito de todos a educação seja uma meta a ser perseguida, reconhecemos que já se passaram vários anos da Declaração de Salamanca e os objetivos nem do supracitado documento, nem do Plano Decenal de Educação foram atingidos, já que poucas mudanças ocorreram nas últimas décadas.

Com base neste discurso, a LDB no artigo 4º, inciso III, da lei nº 9.394/96, retoma o questionamento ao estabelecer as diretrizes e bases da Educação nacional em que destaca e dá uma enorme importância a inclusão de alunos Surdos em escolas que oferecem o atendimento a esses sujeitos. O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade (BRASIL, 2001, p.14).

As observações aqui apresentadas não apontam as diminuições validadas da política traçada na Lei de Diretrizes e Bases, pois apenas registram sua direção. Uma escola inclusiva deve buscar orientações e a delimitar de campos de ação a procura de uma educação de qualidade que se assegurem para as pessoas Surdas uma boa aprendizagem. Sabemos que é preciso garantir aos alunos Surdos uma educação de qualidade e realizar as modificações cogentes para se certificar que o pretendido seja concretizado.

Então, para que a escola seja inclusiva é indispensável que haja o cumprimento do que determina a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Declaração de Salamanca e muitos outros documentos legais.

Faz-se necessário comentarmos que em lei muitas conquistas foram alcançadas. Entretanto, precisamos garantir que as mesmas possam ser efetivadas na prática do cotidiano escolar, uma vez que as escolas não têm conseguido garantir a democratização do ensino, permitindo o acesso, a continuação e o sucesso de todos os alunos Surdos no espaço da sala de aula do ensino regular.

A educação pública do nosso país hoje enfrenta um momento crítico e assistimos a uma crise com proporções significativas, na medida em que as salas de aula estão superlotadas e os/as professores/as não dispõem de tempo para a formação continuada e muitas vezes a

escola não disponibiliza. Deste modo, buscar uma escola pública regular, que possibilite uma educação para todos e de qualidade, parece ser, na contemporaneidade, uma utopia.

2.2 Inclusão: conceitos, possibilidades e desafios

A inclusão tem sido alvo de estudos em vários campos, com interpretações complexas e bastante diversificadas. E no atual contexto em que vivemos, incluir uma pessoa Surda no espaço regular de ensino, por exemplo, significa muitas vezes excluí-lo, já que as medidas adotadas para permitir essa inclusão têm causado efeitos contrários.

Para que as instituições possam inserir alunos Surdos é imperioso que se estabeleçam as modificações da estrutura, do currículo, ou melhor, do funcionamento das escolas, somente assim estas instituições poderão abrir espaços para as diferenças.

A inclusão pode ser definida conforme Ferreira (2005, p. 44), como um termo que tem sido usado predominantemente como sinônimo para integração de alunos com deficiência no ensino regular, denotando, desta forma, a perpetuação da vinculação deste conceito com a educação especial.

Mitter (2003, p.34), por sua vez, relata que inclusão e integração são dois conceitos diferentes, já que inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades em sala de aula [...]. Ou seja, a escola é quem precisa se adaptar ao alunado Surdo, garantindo o direito de acesso aos saberes como os demais discentes presentes na sala de aula. A integração no dizer de Blamires (apud MITTER, 2003, p.34) envolve preparar alunos para sejam colocados nas escolas regulares, o que implica um conceito de “prontidão” para transferir o aluno da escola especial para a escola regular.

Do mesmo modo, nos dias atuais está havendo uma confusão quanto ao conceito de inclusão, porque geralmente se pensa que colocar um aluno com deficiência na sala de aula regular refere-se a uma inclusão, porém, não é exatamente isso. Uma vez que tal fato acontecendo, isso implica numa tentativa de integração, na medida em que se busca não preparar as escolas e professores/as para receberem educandos com deficiência, mas os alunos é que precisam se adaptar ao currículo, avaliação, ao contexto escolar como um todo.

No entanto, se tomarmos como ponte o conceito de inclusão observamos que a escola e os demais segmentos deste setor é que devem se adequar aos alunos e não eles se ajustarem a instituição escolar.

O processo de inclusão reforça a ideia de que todos nós somos iguais e temos os mesmos direitos. Demonstrando que as diferenças linguísticas precisam ser aceitas e respeitadas. Como afirma Stainback & Stainback (1999), “o ensino inclusivo faz sentido e é um direito básico – não é algo que alguém tenha de conquistar”.

É de extrema importância que possamos entender que:

A inclusão - pressupõe que a pessoa com deficiências/necessidades especiais, deve ser aceita, acolhida, como ela é - com suas dificuldades e potencialidades - pela escola, pela sociedade e que estas é que devem se adaptar-se a ela, ao contrário do que preceituava a integração [...] (SILVA & IACONO, 2006, p.96).

É bom lembrarmos que os princípios da educação inclusiva, como foi explanado até agora, não acontece de forma equitativa, pois se insere o aluno Surdo na escola regular somente para o cumprimento da lei, mas não são atendidas às necessidades/particularidades destes.

Talvez seja esse um dos maiores problemas dos governantes, adotarem políticas públicas sem averiguar se as escolas podem ou não, por em prática, como também não dar condições a essas instituições de estabelecerem a inclusão propriamente dita.

Devido a gama de problemas existentes hoje no meio educacional, o resultado dessas políticas públicas é o fracasso escolar do alunado Surdo, pois não basta o MEC e os governantes imporem a inclusão de Surdos em escolas comuns, pois parece que desejam também, aos poucos, acabarem com as escolas bilíngues. E, infelizmente, estes ainda têm o discurso de que se trata de uma forma de garantir uma educação para todos. Mas que educação é essa em que se “joga” o aluno Surdo em uma sala de aula regular apenas para dizer que está incluindo, quando na verdade estar excluindo cada vez mais, porque os Surdos vão para a escola comum e ficam como seres passivos, já que nem toda escola regular disponibiliza de um intérprete. E quando se tem o interprete é um para toda a escola e muitas vezes este não dar conta.

No dizer de Carneiro (2005), a educação inclusiva pode ser classificada como o

[...] Conjunto de processos educacionais decorrente de execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento. Estas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de todos os alunos nela, independente de suas particularidades [...] (CARNEIRO, 2005.p.30).

Percebemos, dessa forma, que a educação inclusiva enfatiza a necessidade de incluir todos no espaço escolar apesar das dificuldades existentes. O que está havendo, na verdade, é uma confusão no sentido de incluir, uma vez que as pessoas pensam exclusivamente que tal conceito diz respeito ao ato de se colocar o/a aluno/a na sala de aula e ponto final.

Porém, o sentido de inclusão vai muito mais além, pois requer que o sujeito incluso tenha suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral atendidas, não simplesmente camuflada, deixada de lado, como se o único objetivo da inclusão fosse por o indivíduo fisicamente na sala de aula e pronto. De acordo com Strobel (2008, p.101-102), para este tipo de prática inclusiva, “na verdade a palavra correta para as experiências desenvolvidas não é “inclusão”, e sim uma forçada “adaptação” com a situação do dia a dia dentro de escola de ouvintes”.

Sobre o conceito de integração Marchesi (2004, p.24) conta ainda que a integração é um processo dinâmico e mutável, cujo objetivo central é encontrar a melhor situação educativa para que um aluno desenvolva suas possibilidades conforme suas necessidades e o tipo de resposta que as escolas podem proporcionar.

Já Strobel (2008, p.96) diz que se trata especificadamente de uma “[...] política em rumo apelidada de “inclusão”, a sociedade começa a perceber a existência do povo surdo e procura se organizar para recebê-los de forma adequada”. Enquanto Marchesi (2004, p.23) destaca que a “integração, quando vai além da mera presença física nas salas de aula, requer mudança profunda na educação”. Isto supõe que os estabelecimentos de ensino, além de organizar a escola para atender à diversidade dos alunos, precisam também preparar professores para favorecer a integração.

Para que o sujeito Surdo tenha suas necessidades de aprendizagem consentidas, é preponderante que se modifique o currículo ao qual a escola ou instituição segue. Visto que ainda se mantêm nas esferas educacionais uma prática na qual o currículo está voltado *a priori* para os ouvintes, impedido que os Surdos tenham acesso a uma aprendizagem rica e transformadora.

Embora a inclusão escolar dos Surdos esteja mais no plano do discurso e a verdadeira inserção desses alunos em uma instituição escolar do ensino regular seja precária, não se pode negar que muitos dos alunos Surdos que hoje adentram na escola regular desafiam professores/as e a escola a mudar o currículo, a encontrar novas formas de ensinar, de se relacionar e de se comunicar. Quando isto não acontece os Surdos ficam na sala de aula apenas como seres passivos sem poderem compartilhar com os outros os seus conhecimentos.

A inclusão educacional não pode ser vista como mais uma tarefa atribuída e imposta apenas aos professores, mas as escolas e a sociedade de um modo geral, pois não basta simplesmente conhecer as leis acerca da inclusão de pessoas com deficiência e da obrigatoriedade da garantia de vagas para estas. Para a efetivação da inclusão é preciso levar em conta também os contextos social, político, escolar e da sala de aula.

Com relação ao contexto político e social é importante salientar que “cada país tem uma história, uma cultura e uma tradição educacional própria que condicionam a incidência das mudanças e a resposta a elas no sistema educacional” (Marchesi, 2004, p.43).

Na mesma linha, o contexto escolar mostra que “o funcionamento de cada escola condiciona a viabilidade das práticas integradoras [...] não há dúvida de que cada escola tem uma ampla margem de atuação para avançar no sentido de uma maior inclusão” (Marchesi, 2004, p.43). Para que a inclusão possa acontecer, é essencial que algumas mudanças incidam nas escolas. As principais são:

[...] A mudança para uma cultura educacional em que se valorize a igualdade entre todos os alunos, o respeito às diferenças, a participação dos pais e a incorporação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Uma mudança que potencialize a colaboração entre os professores e que defenda a flexibilização e a busca conjunta de soluções diante dos problemas apresentados pelos alunos (MARCHESI, 2004, p.45).

Carecemos tomar ciência de que na escola regular, apesar de Surdos e ouvintes conviverem em uma mesma sala de aula, tendo muitas vezes a faixa etária semelhante, eles apresentam níveis ou estágios cognitivos diferenciados; uma vez que para a pessoa Surda apreender determinado conteúdo na escola de ouvintes é necessário um processo de antecipação, verificação, inferências até chegar a uma checagem exata do conteúdo passado, porque se a escola não dispor de um intérprete o Surdo vai acomodar a aprendizagem por si só, fazendo comparações com algo já estudado anteriormente.

Quando existem os momentos de comunicação e interação, é visível o isolamento com que vimos à pessoa Surda. “A valorização da cultura ouvinte provoca um desconhecimento e desinteresse pelas angústias dos surdos quanto ao seu saber e à sua capacidade de aprender [...]” (ALVES et al , 2011, p.193).

Torna-se um desafio propiciar relações satisfatórias entre Surdos e Ouvintes, pois para que isto venha a calhar é essencial que se proporcione, nas escolas de ouvintes, pessoas conhecedoras de LIBRAS para que viabilizem, de fato, uma comunicação entre a pessoa Surda e o/a professor/a em sala de aula.

É notório ressaltarmos que é importante fazer com que os direitos de inclusão de Surdos na escola regular sejam respeitados. Porém, isso não basta, é fundamental o desenvolvimento nas pessoas Surdas de um conhecimento que os levem a serem cidadãos competentes e dotados de informações que os proporcionem um crescimento não somente pessoal, mas profissional.

Lacerda e Soares (2004, p.129) nos diz que,

Em contextos em que há inserção do surdo na classe comum, alguns profissionais têm buscado atender, ainda que minimamente, às necessidades linguísticas das crianças surdas. Para tal, opta-se pela inserção conjunta de um intérprete de língua de sinais na sala de aula (LACERDA & SOARES 2004, p.129).

Nessa perspectiva, os sujeitos Surdos não precisam apenas de que sejam reparadas e trabalhadas suas necessidades linguísticas. Mas, que seja levada em consideração também a organização na qual estão inseridos e as possibilidades da inclusão; isto implica em repensar a proposta pedagógica e curricular da escola para que os Surdos sejam reconhecidos em sua complexidade e tenham suas necessidades educativas e sociais atendidas, não apenas camuflada. Dorziat (1999) ressalta que a prática pedagógica é construída a partir das concepções de sociedade, individuo e ensino dos sujeitos que aprendem, interpretam e atuam sobre essa prática.

A inclusão engloba educadores e comunidade escolar que devem ter como objetivo não a quantidade de pessoas que vão ser incluídas na escola regular, mas a qualidade do atendimento que será oferecido, para que o processo de inclusão não se torne processo de exclusão.

[...] reconhecer a diferença é reconhecer, sobretudo, as potencialidades dos alunos. Além desse reconhecimento, a viabilização de um ensino democrático requer que haja reflexão sobre a sociedade a que se destinam os esforços educativos, no sentido de que sejam proporcionadas igualdade de oportunidades, por meio da desmistificação das relações de poder presentes também nos micro espaços sociais (DORZIAT 2009, p. 69).

Construir uma educação na diversidade significa respeitar as diferenças, pois cada ser humano é único e tem suas especificidades e particularidades que devem ser ao menos respeitada, mesmo que não seja aceita.

É válido enfocarmos o fato de que a exclusão sempre esteve presente na vida dos Surdos, mesmo quando se estabeleceu a obrigatoriedade de vagas para essas pessoas, eles não puderam usufruir em sua totalidade, já que as condições desse atendimento sempre foram precárias. Sabemos que os Surdos têm direito a uma educação de qualidade, o que não é

respeitado, pois a exigência na legalidade em incluir esses sujeitos na escola, dando-lhes o direito a educação, não é condição suficiente para isto ser assegurado.

Tomando a inclusão como uma iniciativa que está ligada à modificação das estruturas e do funcionamento das escolas, torna-se imprescindível compreender que estas instituições precisam abrir espaços para as diferenças.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, Educação Básica, fomentam que,

Tornar realidade a educação inclusiva, por sua vez, não se efetuará por decreto, sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão planejada, gradativa e contínua de alunos com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino. Deve ser gradativa, por ser necessário que tanto a educação especial como o ensino regular possam ir se adequando à nova realidade educacional, construindo políticas, práticas institucionais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade do ensino [...] (BRASIL, 2001, p.30).

Tal fato hoje parece ser uma utopia, já que sabemos que as escolas brasileiras não dispõem de condições para receber pessoas Surdas. Apesar da inclusão ser gradativa, devemos ter em mente que ela anda a passos lentos. No decorrer dessa caminhada, os mais prejudicados são os Surdos que têm que se habituar a escola de ouvintes, mesmo quando esta não ofereça condições práticas que possam garantir uma aprendizagem adequada. De modo que, são escolas que levam em conta um ensino no qual os ouvintes são maioria e têm prioridade, porque a escola é preparada para ouvintes. Na verdade, é preciso reconhecer a dificuldade de incluir Surdos na escola regular, uma vez que sua efetivação requer comprometimento de todos os segmentos do espaço educacional.

É necessário, portanto, termos em mente que incluir um Surdo em escolas comuns não é tarefa fácil, ainda mais quando esta não tem realmente professores com formação adequada. Nesse caso, a escola não contribui de forma decisiva para a aceitação da diversidade, já que no âmbito escolar estão presentes mecanismos que possibilitam a exclusão.

O binômio inclusão/exclusão não pode ser mais pensado como forma antagônica, onde a exclusão sustenta-se pelo contrário, pela sua posição; onde ser excluído e antônimo de ser incluído. Incluídos e excluídos fazem parte de uma mesma rede de poder [...] são faces da mesma moeda (LUNARDI apud LIMA 2011, p.149).

Sabendo de tudo isso, acreditamos que para a superação da exclusão é preciso uma reflexão acerca dos problemas advindos da escola para assim procurar soluções que possam

oportunizar a os Surdos o direito à educação e o respeito à diferença. Isto implica em repensar os modos como os surdos são vistos no contexto social.

Consideremos que a não aceitação dos Surdos não é responsabilidade apenas dos professores e escolas, mas de um processo de exclusão que dura séculos, afastando a cada dia os Surdos dos direito a educação e dos espaços sociais onde são tidos por meio de suas individualidades e não pelo que são capazes de fazer.

Visto desta forma, as escolas precisam promover uma educação com qualidade, permitindo não somente a inserção dos alunos Surdos no ensino regular, mas garantir que a aprendizagem seja feita de forma visível, fazendo com que os Surdos possam participar com mais autonomia da construção do seu próprio conhecimento e assim permitindo que o respeito à diferença na escola comum não seja mais uma utopia.

A política inclusivista, para Soares e Lacerda (2004, p.142), “é significativa, justamente porque, como política oficial tem sido vista positivamente por quem a prega e se tem revelado como uma realidade mascarada para quem a vive, precisando urgentemente ser repensada”.

Para entendermos melhor esse aspecto, devemos recorrer a Marchesi (2004, p.29), este relata que “há o risco de considerar que as escolas inclusivas, capazes de integrar todos os alunos sem nenhum tipo de exclusão no currículo comum é uma utopia inalcançável”.

Diante desse contexto, é importante ressaltarmos que as práticas que subjazem aos sistemas educacionais não têm concebido o direito à educação dos Surdos, uma vez que a inclusão escolar apenas tem sido implementada para fazer com que a lei seja respeitada, mas as escolas ainda continuam apresentando enormes barreiras para a viabilização da inclusão tão almejada e pouco exercida.

A partir daí, vemos que os sujeitos Surdos tornam-se escola regular mero reprodutores passivos a todo e qualquer tipo de conhecimento que são propagados. Devido à falta de preparação, os professores em sala de aula normalmente desenvolvem suas atividades sem diferenciar o método de aplicação/explicação, visto que a maioria dos educandos são ouvintes. O resultado de tudo isto é a incompreensão dos Surdos perante determinados assuntos.

Segundo Placer (apud DORZIAT 2011, p.46),

[...] o outro, para nós, já não é um desafio, não é um sujeito enigmático, ao contrário, o outro só aparece em cena como objeto de ação, reparação, regulação, só para detectar, registrar suas semelhanças e diferenças. Na verdade, a inclusão em vigor se caracteriza exatamente pelo fato de ignorar o outro.

Observemos que este caso ocorre justamente pela desconsideração com a diferença linguística na sala de aula, onde os/as Surdo/as por representarem a minoria não há interesse com o uso da Língua de Sinais pelos ouvintes, porque para eles talvez não seja muito favorável, enquanto que para os Surdos tal linguagem é imprescindível. Isto nos leva a crer que esse processo de inclusão, tão falado, hoje é repleto de controvérsias e tem trazido implicações negativas para o Surdo.

Para que o Surdo seja integrado na escola comum são necessárias profundas mudanças nas escolas, e principalmente, nas salas de aula. Faz-se necessário reconhecer que as enormes dificuldades surgirão no âmbito da educação inclusiva e que impedirão o avanço nessa direção. O que se deseja é que as escolas tenham condições reais para receber esses alunos e garantir-lhes um atendimento de qualidade.

De acordo com Strobel (2008, p.96), “[...] os próprios sujeitos surdos começam a exigir seus espaços, sua representação de diferença cultural linguística [...] quando comentamos em “incluir”, obviamente é porque têm sujeitos que estão “excluídos”, isto é, estão fora”.

Nesse sentido, o Documento Subsidiário à Política de Inclusão do Ministério da Educação e Cultura aponta que “uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais” (PAULON, 2005, p. 7).

Esta colocação demonstra o quanto é pertinente o documento, pois para se conhecer, e para que seja efetivado o processo de inclusão, é importante analisar os aspectos do contexto social como um todo. Sendo assim, a política de inclusão precisa evoluir bastante.

É importante refletir e questionar até que ponto é possível incluir um Surdo. Porque devemos compreender que a almejada inclusão estar amarrada de vários fatores, entre eles, as condições nas quais acontece esta inclusão e em que medida possibilita uma aprendizagem significativa e repleta de significados para as pessoas Surdas.

O horizonte da inclusão implica mudanças significativas. Uma delas diz respeito ao desafio que se coloca para as escolas regulares em construir coletivamente as condições para atender a alunos Surdos.

A escola regular tem papel importante na solução destes problemas, uma vez que ao possibilitar ao alunado Surdo o direito de acesso e permanência, deverá também abrir portas para a aceitação destes em sua nova realidade, fazendo com que não sejam apenas integrados, mas inclusos. Isto significa dizer, que as escolas precisam criar condições para que os Surdos

possam receber uma educação de qualidade e frequentar aulas regulares, tendo a oportunidade de adquirir habilidades necessárias à vida social.

Diz-se que as escolas inclusivas baseiam-se “na Declaração Universal dos Direitos Humanos: os poderes públicos têm a obrigação de garantir um ensino não segregador que se prolongue posteriormente na integração à sociedade para a todos os alunos, sejam quais forem suas condições físicas, sociais ou culturais” (MARCHESI, 2004, p.26).

A escola inclusiva deve ir muito além da mera inserção dos Surdos. Implica, sobretudo, repensar o modo como se dá tal inclusão, já que a exclusão por assim dizer vem causando descontentamento e é motivo de vários debates, pois se a educação é uma questão de direitos humanos e os Surdos têm esses direitos que deviam ser respeitados? Como também não sabemos o porquê do governo não oferece condições para que escolas e professores/as possam garantir que o sentido da inclusão seja, de fato, concretizado.

É preciso, a nosso ver, estabelecer os alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu alunado, podendo colaborar como funcionamento, organização, currículo, a fim de incluir todos os alunos e dá-lhes condições reais de aprendizagem. Mas o que normalmente vemos é que a simples inserção de alunos Surdos em sala de aula regular, não corresponde a benefícios de aprendizagem.

Perante tais questões, empreender essas transformações é necessário para que uma educação inclusiva se concretize, mas precisamos ter em mente que isso é tarefa de todos.

Contudo, o que temos visto diariamente é que quem se empenha na luta por uma educação de qualidade para os Surdos são, em sua maioria, os grupos dos Surdos que são aqueles que comumente se sentem excluídos do sistema educacional por apresentarem dificuldades de adaptação escolar e cultural e os familiares ou pessoas interessadas pelo estudo na área da surdez. Na verdade, para que os direitos dos Surdos sejam atendidos é indispensável, primordialmente, que na escola comum seja desenvolvida,

[...] diferentes estratégias pedagógicas, que lhes possibilitem o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e à vida produtiva, condições essenciais para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania. Entretanto, devemos conceber essas estratégias não como medidas compensatórias e pontuais, e sim como parte de um projeto educativo e social de caráter emancipatório e global (BRASIL, 2001, p.20).

Para isso, é preciso que as instituições educacionais reestruturem os sistemas de ensino, organizando para que estes possam receber os alunos/as Surdos/as e dar-lhes condições para

que eles possam desenvolver os conhecimentos adquiridos a fim de tornarem sujeitos da sua própria história e conquistar o que desejam por meio de uma educação de qualidade.

Na escola inclusiva deve está explícito, no Projeto Político Pedagógico, a inclusão de pessoas com deficiência, atendendo, assim, ao princípio de flexibilização para que o acesso ao currículo seja adequado às condições de cada discente, respeitando seus limites e favorecendo seu progresso escolar, sob o enfoque do desenvolvimento e da aprendizagem de cada sujeito.

Para que a inclusão seja viabilizada é preciso que a escola recorra a uma equipe multiprofissional. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica,

A composição dessa equipe pode abranger profissionais de uma determinada instituição ou profissionais de instituições diferentes. Cabe aos gestores educacionais buscar essa equipe multiprofissional em outra escola do sistema educacional ou na comunidade, o que se pode concretizar por meio de parcerias e convênios entre Secretaria de Educação e outros órgãos, governamentais ou não (BRASIL, 2001, p.35).

É necessário também que a escola esteja constituída de recursos humanos, materiais e financeiros que deem a sustentação da qual os Surdos necessitam para a construção de uma educação inclusiva.

Procurando reconhecer as dificuldades e potencialidades de desenvolvimento e aprendizagem do aluno Surdo, a fim de identificar que tipo de ensino este educando requer e que recursos são necessários para conseguir uma educação no contexto mais integrador possível, abrindo possibilidades à integração de Surdos e ouvintes na escola regular.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p.24) profere que “a educação, ao adotar a diretriz inclusiva no exercício de seu papel socializador e pedagógico, busca estabelecer relações pessoais e sociais de solidariedade, sem máscaras, refletindo um dos tópicos mais importantes para humanidade [...]”.

A situação em que as escolas públicas encontram-se é bem precária. Então, antes de dar-lhe a tarefa de incluir é preciso também dar condições para que esta possa assumir esse compromisso.

As escolas regulares, com orientação para a educação inclusiva, são o meio mais eficaz no combate as atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos, como está posto na Declaração de Salamanca (apud CARDOSO, 2003, p. 21-22). A educação da pessoa Surda não é fácil e supõe um conjunto de decisões ao longo do processo de ensino, uma vez que esses sujeitos necessitam desenvolver-se em diversos

aspectos, seja na forma de comunicar-se, seja no tipo de escolarização oferecida, seja socialmente.

Algumas discussões teóricas a respeito da inclusão explicitam, entre outros princípios, o de que “o conceito de escolas inclusivas supõe uma maneira mais radical de entender a resposta educativa à diversidade dos alunos e baseia-se fundamentalmente na defesa dos seus direitos à integração” (MARCHESI, 2004, p.15).

Admitir o surgimento de salas de aulas inclusivas hoje tem sido um desafio, já que as instituições educativas tomam como base a filosofia segundo a qual todos os sujeitos têm a oportunidade de aprender, como também sentir-se parte integrante da vida escolar e comunitária.

CAPITULO III



3 CAMINHOS TRILHADOS

“(...) Falar da diferença provoca, ao mesmo tempo, uma problematização sobre a oposição entre a normalidade e a anormalidade e, inclusive, a problematização da própria normalidade, do cotidiano.”

SKLIAR (1998)

3.1 Classificando a pesquisa e apresentando os procedimentos

Esta pesquisa, quanto aos objetivos, pode ser definida como um estudo de natureza exploratória e descritiva. Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória porque “têm como objetivo tornar mais explícitos os vários aspectos dos fatos e fenômenos que se deseja conhecer” (CARVALHO, 2008, p.131). É pesquisa descritiva porque busca, após a coleta, trato e análise dos dados apresentar os resultados, “[...] as características [...] de determinado fenômeno ou, ainda objetiva o estudo de relações ações entre variáveis [de forma descritiva], sendo que algumas pesquisas descritivas aprofundam as análises para determinar a natureza dessas relações”, que é a proposta deste estudo (CARVALHO, 2008, p.131).

Quanto a pergunta e aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como do tipo Estudo de Caso, já que objetiva conhecer profundamente uma dada situação, esclarecer e “aprofundar conhecimentos ou conceitos e ideias com o intuito de solucionar problemas, responder perguntas ou testar hipóteses” (cf. MOREIRA & CALLEFE, 2006, p.77).

Por se tratar de uma pesquisa educacional, priorizamos a abordagem de caráter qualitativa. Para alicerçar os fundamentos teóricos e legais, desenvolvemos nosso estudo a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental em busca do que se produziu sobre a inclusão da pessoa Surda na escola regular. Foi a partir deste estudo que construímos os dois primeiros capítulos.

Para a edificação do capítulo empírico, usamos também o método etnográfico como meio de atingir os objetivos propostos, por ser este o que melhor nos permite “compreender profundamente o fenômeno a ser estudado em sua complexidade e totalidade”, conforme concebe André (2005, p.31). A coleta também se apoiou na técnica da observação sistemática das entrevistas (semiestruturadas) e no registro audiovisual dos aspectos observados em sala de aula. Vejamos a seguir os caminhos trilhados para obtenção dos dados.

A observação na sala de aula do ensino regular buscou revelar quais as possibilidades e desafios enfrentados pelas professoras e aluna Surda no que corresponde ao processo de inclusão. A observação foi a primeira técnica utilizada, porque nos possibilitou “levar em

consideração várias facetas de uma determinada situação, sem isolá-las uma das outras”, como afirmam Laville & Dionne (1999, p. 180-181). Foram observados alunos ouvintes, aluna Surda, professora e suas práticas cotidianas. Isto nos ajudou a estabelecer uma relação de maior proximidade com os sujeitos pesquisados, possibilitando, assim, extrair informações e opiniões quanto às expectativas e dificuldades encontradas com relação ao processo de inclusão.

Deste modo, a partir das observações, averiguamos as situações de ensino-aprendizagem e como acontecem as relações entre professoras-alunos/as ouvintes; professoras aluna-Surda; alunos/as ouvintes/aluna Surda. Tudo isso no contexto da sala de aula, verificando, primordialmente, como são apresentadas as atividades à aluna Surda e quais as atitudes dela frente a tais atividades. Através desse procedimento pudemos captar dados significativos para compreendermos melhor as ideias e as teorias que retratam a inclusão.

Da pesquisa de campo participaram duas professoras, uma aluna Surda e alguns alunos/as ouvintes da sala de aula do 5º ano do turno da tarde. A amostra escolhida para a realização da pesquisa foi, a princípio aleatória, visto a busca ser por uma escola que tivesse em seu quadro discentes *Surdos*. Neste sentido, a escolha se deu a partir do quadro apresentado na Secretaria de Educação de Campina Grande (SEDUC/CG). Após a escolha da escola, foi feita pela pesquisadora a opção pela amostra da pesquisa, pois foram estes segmentos que estavam presentes cotidianamente com o objeto de pesquisa.

As entrevistas com os/as pesquisados/as foram realizadas separadamente e em dias diferentes. No primeiro momento entrevistamos as professoras, uma de cada vez, e depois entrevistamos a aluna Surda. Para todas as entrevistas usamos como suporte um roteiro previamente elaborado, contando com nove perguntas para as professoras e quinze para a aluna Surda.

Como já dito anteriormente, as entrevistas com as professoras foram feitas de modo alternado, sendo que no mesmo dia: 09 (nove) de novembro de dois mil e onze, - realizadas logo após o intervalo, em uma sala um pouco afastada das outras, para podermos ouvir melhor as falas sem nenhuma interrupção. Estas foram feitas na modalidade oral e gravadas em áudio. Enquanto que a entrevista com a aluna Surda foi realizada na EDAC, pois somente naquele espaço conseguimos uma pessoa que pudesse interpretar em Língua de Sinais os nossos questionamentos. Para isto, contamos com a ajuda da professora de LIBRAS da UEPB e de uma professora daquela instituição que interpretou para a aluna Surda os nossos questionamentos, ambas nos auxiliando. Desta forma, a fala que transcrevemos no próximo capítulo da aluna que denominamos de Clara, refere-se ao que nos foi expresso através da voz

da intérprete. Sendo assim, expusemos as transcrições realizadas da maneira que a intérprete nos repassou oralmente. Para um maior aproveitamento dos dados coletados na entrevista, realizamos o registro audiovisual com o auxílio de uma câmara digital, para filmar a entrevista, e de um gravador.

De posse das entrevistas gravadas, buscamos ouvir cada uma várias vezes e transcrever, estas foram feitas na íntegra, como meio de acatar os depoimentos dos pesquisados. Posteriormente, levadas as mesmas para que pudessem observar suas respectivas respostas.

3.2 Caracterização da escola pesquisada

Como tema concernente a “Inclusão da pessoa Surda na sala de aula do ensino regular: possibilidades e desafios” procuramos um campo de estudo para realizar a pesquisa. Como foi dito no item anterior, nos direcionamos à Secretaria de Educação do Município de Campina Grande – SEDUC, onde nos foi repassado o nome de algumas escolas, nas quais se encontrava no quadro discente alunos Surdos. A primeira escola que procuramos ficava no bairro do Catolé e foi escolhida dentre as cinco que nos repassaram, porque esta era mais acessível à pesquisadora em decorrência da localização. Para a qual fomos durante cinco dias consecutivos e não tivemos sucesso. Os segmentos daquela instituição afirmaram ter em seu quadro discente uma pessoa Surda, no entanto, quando perguntávamos se podíamos realizar a pesquisa naquele estabelecimento, os sujeitos nos diziam que deveríamos falar com a direção da escola. Ao falar com a direção, esta solicitava que esperássemos um pouco, já que estava ocupada com uns eventos da escola e não podia atender naquele momento, assim fazíamos. Todavia, ao conseguirmos conversar com a mesma, esta convocou a coordenadora e juntas decidiram que a pesquisadora deveria entrar em contato com a diretora adjunta, que somente se encontrava na escola no turno da tarde, sendo este também o horário em que estudava a aluna Surda.

No dia seguinte, fomos novamente à escola. Chegando lá a diretora adjunta nos informou que deveríamos falar com a professora. Mas, infelizmente, não foi possível o contato com a educadora porque naquele dia a mesma iria sair para resolver algo do interesse da escola. Desta forma, marcamos a conversa para o outro dia. No dia seguinte, quando fomos à procura da professora indicada, nos foi comunicado que a mesma havia saído, ficando o encontro para o próximo dia. No quarto dia disseram-nos que a professora indicada havia ido a um encontro sobre a Provinha Brasil, assim nos orientaram ligar no dia seguinte antes de ir à escola. No quinto dia, ligamos por duas vezes e não conseguimos falar, na terceira ligação

para a escola nos foi informado que a diretora adjunta havia saído. Aquela situação terminou por causar aborrecimento e optamos por procurar outro estabelecimento, um que nos acolhesse.

Por conseguinte, nos dirigimos para uma segunda escola localizada no bairro de Bodocongó. Esta foi a segunda instituição que procuramos. Isto se deu no dia 25 (vinte e cinco) de outubro. Chegando ao estabelecimento de ensino, procuramos a diretora e apresentamos a proposta da pesquisa em questão e a recepção foi muito boa. Em seguida a mesma conversou com as professoras da turma a qual a aluna Surda se encontrava “incluída” e estas nos permitiram a realização da pesquisa. Ficou acertado que iríamos à escola duas vezes por semana até o término da pesquisa e em alguns eventos que acontecessem naquela instituição.

No dia seguinte, começamos nosso estudo na Escola Municipal Manoel Francisco da Motta, localizada na Rua Antônio Vieira da Rocha, nº 335 – Bairro do Bodocongó, em Campina Grande/PB, onde é oferecido o atendimento a uma aluna Surda matriculada numa turma do 5º (quinto) ano, cuja sala de aula passamos a observar no decorrer da pesquisa de campo. A observação se deu ao longo de um mês e nove dias. Contando do dia 25/10/2011 (vinte e cinco de outubro de dois mil e onze) a 05/12/2011 (cinco de dezembro de dois mil e onze).

A escola *lócus* deste estudo foi fundada em maio de 1963, sob a tutela do Conselho Regional de Ensino. Inicialmente a escola atendia somente os filhos dos industriários e seu funcionamento acontecia basicamente no turno diurno. Isto porque a escola pertencia ao SENAI. Contudo, no ano de 2003, a escola foi municipalizada, e no ano de 2011 atendeu a 670 (seiscentos e setenta) alunos/as distribuídos/as nos turnos da manhã e da tarde. O nome da escola foi uma homenagem a um industrial de couro, o Senhor Manoel Francisco da Motta. Atualmente a escola funciona no horário diurno com Educação Infantil, 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental I.

A estrutura física da escola encontra-se composta da seguinte forma: 01 (uma) secretaria com banheiro; 01 (uma) sala da direção; 01 (uma) sala de professores; 05 (cinco) sanitários femininos e 05 (cinco) sanitários masculinos – aguardando reforma por parte por parte do SEDUC/ CG para tornar-se mais acessível às pessoas com deficiência; 01 (uma) sala de leitura com acervo significativo; 01 (um) pátio; 01 (uma) cozinha; 12 (doze) salas de aula (duas delas com banheiro); 01 (uma) secretaria utilizada pelo SESI; 01 (uma) sala de professores/as utilizada pelo SESI e 01 (uma) pracinha com bancos de alvenaria.

A escola conta com um ambiente alfabetizador bem propício aos educandos, com livros de literatura infantil, jogos e outros materiais pedagógicos. Os alunos do pré-escolar e 1º ciclo inicial dispõem ainda de banheiro exclusivo para a turma, iluminação, insolação e ventilação, espaço para esporte e recreação, sala de leitura, entre outros.

Nesse contexto, educadores e a comunidade escolar assumem um grande papel; que é organizar o trabalho pedagógico da melhor forma possível; procurando, juntamente com a família, o desenvolvimento de cidadãos conscientes e capazes de compreender a realidade. Assim, a escola tem assumido atitudes de respeito para com o seu próximo. É preocupação da equipe técnica, administrativa, pedagógica e de apoio da escola promover uma política educacional voltada para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem para garantir um espaço democrático que permita a participação de todos os envolvidos no processo educativo. Isto implica também responsabilidade e comprometimento das instâncias que representam a comunidade escolar.

No ano de 2011(dois mil e onze), a escola contava com 670 alunos distribuídos nos turnos manhã e tarde, desde a Educação Infantil e 1º e 2º ciclos inicial e final do Ensino Fundamental I. Os alunos são provenientes, em sua maioria, de famílias residentes no bairro Bodocongó.

Fazem parte do corpo docente 22 (vinte e dois) professores/as. Sendo 12 (doze) efetivos, destes 08 (oito) são licenciados, três especialistas e 01 (um) com o pedagógico. A prática pedagógica, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, baseia-se no sistema de ciclos e busca a promoção do desenvolvimento de competências e habilidades básicas para a aprendizagem. Isso tem ampliado a capacidade de resolver problemas, criar estratégias e desenvolver procedimentos que contribuam para troca de ideias e para expressão oral, promovendo, ainda, a escuta, a empatia, a interação, o autoconhecimento e a capacidade de tomar decisões, trabalhando a diversidade, reconhecendo e valorizando as diferenças no modo de pensar de cada aluno e preparando-os para aprender a aprender.

Quanto a parte técnica administrativa. Esta é composta por um gestor e um adjunto. Já a técnica pedagógica é composta por quatro profissionais, são eles: uma supervisora; duas orientadoras educacionais; um assistente social.

3.3 Projeto Pedagógico da escola

A Escola Municipal Manoel Francisco da Motta considera que uma escola somente é cidadã quando utiliza como princípio básico a democracia, assumindo uma prática de

colaboração entre os que a compõem, primando pelo bom relacionamento e pelo acesso aos processos do desenvolvimento do trabalho desempenhado. Contudo, para que a proposta pedagógica seja de fato vivenciada, a escola necessita da participação ativa dos seus representantes, ou seja, de todos os segmentos da instituição, procurando superar os problemas presentes no cotidiano. Sendo indispensável à participação dos pais. Esta acontece mediante contato direto com a escola.

Quanto aos objetivos, a instituição deseja construir uma escola pública que eduque para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento de transformação social. Busca-se também estabelecer novos paradigmas de gestão e de práticas pedagógicas que induzam a instituição a desenvolver conhecimentos com bases em teorias educacionais atuais que levam em conta o que os educandos são capazes de realizar e transformar. Especificadamente, a escola em questão almeja promover planejamento mensal para dar um melhor direcionamento às ações desenvolvidas. E com isso favorecer momentos para socialização de conhecimentos relacionados aos programas desenvolvidos na instituição. Como também realiza monitoramento sistemático junto ao corpo discente na tentativa de superar as dificuldades do processo ensino-aprendizagem e procura desenvolver atividades sistematizadas com a família dos educandos a fim de promover a interação com a comunidade.

Os conteúdos abordados no PPP, tais como o conhecimento de artes, o sistema político, o domínio da escrita e do cálculo são efetivamente desenvolvidos na escola. Estes buscam promover o desenvolvimento de competências e habilidades básicas para a aprendizagem, ampliando a capacidade de resolver problemas, criar estratégias e desenvolver procedimentos que contribuam para a troca de experiências. Para isto, faz-se necessário buscar o horizonte da escola democrática e inclusiva, acolhendo todos os sujeitos de forma a ensinar-lhes conteúdos socialmente significativos. Possibilitando que a relação entre professor-aluno praticada na escola consista na troca de conhecimento e respeito.

Apesar de tudo que está posto no PPP, voltado para o reconhecimento das diferenças tomando com foco o ensino – aprendizagem, a nosso ver, na escola *lócus* da pesquisa não acontece de forma eficaz uma proposta de educar para diferença, já que a pessoa Surda “incluída” não recebia os atendimentos necessários para o desenvolvimento do seu conhecimento. A escola valoriza sim a diferença, mas não oferece condições para que o sujeito se sinta valorizado, visto que no caso dos Surdos estes não têm suas necessidades de ensino – aprendizagem priorizada.

A proposta de ensino – aprendizagem desenvolvida na escola campo de pesquisa se edifica a partir do sistema de ciclos e leva em conta a vivência dos alunos. A proposta é

prepará-los para a vida, formando cidadãos capazes de analisar, compreender e intervir na realidade, tendo como base os princípios e valores cristãos, além dos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.

A Escola Municipal Manoel Francisco da Motta, a partir da construção do PPP, pretende resolver alguns problemas surgidos no âmbito da mesma. Esta tem como metas principais acompanhar o desenvolvimento de atividades que visem reduzir as dificuldades de aprendizagem dos educandos das turmas do Ensino Fundamental do 1º e 2º ciclos e realizar planejamentos quando necessário para discutir acerca dos conteúdos mais significativos a serem trabalhados nas diversas áreas de conhecimento, visando a formação dos educandos quanto a prática da cidadania. E como forma de juntar os pais promoverá também encontros para discutir os avanços e as dificuldades dos alunos, conscientizando-os do processo educativo, entre outros.

De acordo com as observações realizadas, notamos que a escola campo de pesquisa utiliza, no decorrer da prática pedagógica, os critérios e metas estabelecidas no PPP, com exceção das ações destinadas ao atendimento da pessoa Surda. Uma vez que na sala de aula na qual presenciamos a prática das professoras, vimos que o como ensinar ainda se apoia numa visão de educação baseada, na maioria das vezes, no padrão de homogeneidade, pois em diversos episódios, como veremos mais a frente, às educadoras utilizavam uma forma de ensinar que não permitia à pessoa Surda o acesso aos saberes importantes para todo ser humano. Isto poderia ser amenizado pela presença de um Intérprete de Língua de Sinais, tal posição auxiliaria muito a pessoa “incluída” a sentir-se um pouco acolhida e ter o direito de ser diferente enquanto sujeito que possui uma linguagem própria que é a Língua de Sinais.

De outro modo, vimos também que a escola consente a pessoa Surda participar dos projetos educativos desenvolvidos na instituição. Enquanto estávamos na mesma, pudemos averiguar o desenvolvimento de um projeto tendo como ênfase a informação de alguns artistas. A turma do 5º ano ficou com a artista Cecília Meirelles. Nos momentos das explicações, de como se daria o desdobramento do projeto, a aluna Surda não entendia muito, sendo assim contava com o auxílio dos colegas de classe que tinham um pouco de compreensão sobre LIBRAS que foi ensinado pela menina Surda. Visto que a mesma estuda na escola desde 2008 (dois mil e oito) e alguns educandos, por demonstrarem um grande interesse, aprenderam bastante e nos informaram não ter dificuldade de comunicação, enquanto que as professoras nos confirmaram não saber nada de LIBRAS.



CAPITULO IV

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A língua transforma a experiência. [...] Por meio da língua [...] podemos iniciar a criança numa esfera puramente simbólica de passado e futuro, de lugares remotos, de relações e ideias [...]. Ao mesmo tempo, o aprendizado da língua transforma o indivíduo de tal modo que ele é capaz de fazer coisas novas para si mesmo e coisas antigas de maneiras novas [...].

Oliver Sacks (1998)

Apresentamos, neste item, os dados coletados a partir das entrevistas e da observação em sala de aula, bem como suas respectivas interpretações e análises. Para descrevermos o que foi observado durante o período em que estivemos na escola campo de pesquisa, registramos alguns episódios nos quais capturamos como se concebe a relação professoras e aluna Surda e alunos/as ouvintes/aluna Surda, verificando se a inclusão acontece ou se é uma mera integração na qual a pessoa Surda não aprende ou apenas encontra-se no espaço de sala como um ser passivo a tudo e a todo tipo de conhecimento. Para a análise dos dados, optamos por fazer a análise do conteúdo, pois como descreve Coutinho (s.d, p.1), “a análise de conteúdo é hoje uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais” [...].

Como forma de preservar a identidade das entrevistadas, nomeamos as professoras com nomes fictícios, desse modo chamaremos de Rebeca a primeira professora e de Roberta a segunda, enquanto que a aluna Surda será nomeada de Clara. Para tanto, iniciaremos com a descrição da turma observada, seguido dos momentos vistos na observação e, posteriormente, partiremos a análise das falas.

4.1 A turma observada

A turma que escolhemos para acompanharmos na nossa observação foi a do 5º ano da Escola Municipal Manoel Francisco da Motta em Campina Grande/PB, devido esta ter em seu quadro discente uma aluna Surda, objeto de nosso estudo. Durante o período de nossa pesquisa a turma contava com 50 (cinquenta) alunos/as sendo 24 (vinte e quatro) do 5º ano C e 26 (vinte e seis) do 5º ano D, visto terem juntado as duas turmas em decorrência de uma reforma na sala do 5º ano D. Sendo assim, as professoras das duas turmas passaram a trabalhar de forma conjunta. A turma ainda dispunha de um professor de Educação Física que lecionava apenas uma vez por semana e organizava os jogos internos da escola e outras

atividades relacionadas à sua área. A faixa etária do alunado estava entre 10 (dez) e 14 (catorze) anos.

Contudo, nem todos participaram da pesquisa, somente uma aluna Surda e alguns alunos ouvintes. Os mesmos demonstravam bastante interesse pelo assunto, uma vez que alguns deles já tinham um grande contato com a aluna Surda desde quando esta começou a estudar na escola supracitada. Percebemos que a turma é bem heterogênea, os meninos são mais agitados e as meninas mais quietas. Todos os discentes são oriundos de famílias de nível sócio-econômico baixo. Os pais possuem um nível de escolaridade bem diversa, desde os que são considerados alfabetizados, por saberem ler e escrever, até os considerados letrados. Poucos, de acordo com a coordenadora, são analfabetos.

A sala de aula é ampla e ventilada, porém, devido aglomerar duas turmas, tornava-se um pouco abafada. Possui duas janelas com cortinas que ficam na parede lateral do lado esquerdo, um quadro, uma mesa da professora, uma mesinha em que as professoras colocavam alguns materiais em cima, mural com os nomes dos alunos da turma C e D. As carteiras se apresentavam de maneira enfileirada ocupando quase toda a sala.

No que se refere ao relacionamento dos educandos com as professoras pode ser considerado como excelente, havendo algumas divergências com alguns alunos que apresentavam comportamento um pouco irregular. Isto ocorria, principalmente com um aluno adolescente que apresentava distorção idade-série.

Em nossa observação constatamos ainda que as atividades desenvolvidas eram bem significativas e as professoras utilizavam os diversos espaços da escola, desde a sala de aula até atividades realizadas ao ar livre, na praçinha e aos arredores da comunidade.

4.2 A observação

Após o contato inicial com a direção da escola ficou estabelecido, junto às professoras da turma objeto do estudo, que a observação se daria no contexto da sala de aula a qual a menina Surda se encontrava. Sendo assim, ficou acertado que iríamos à escola duas vezes por semana até o término da pesquisa e em alguns eventos que acontecessem naquela instituição. Então passamos a observar a forma que se dava a “inclusão” da aluna Surda ao longo de um mês e nove dias. Contando do dia 25/10/2011 (vinte e cinco de outubro de dois mil e onze) a 05/12/2011 (cinco de dezembro de dois mil e onze).

Para isso, nossa intenção era acompanhar a prática em ação e verificar se a pessoa Surda recebia o atendimento adequado para sua aprendizagem, com o objetivo de apontar as

prováveis causas da exclusão tão sofrida hoje pelas pessoas Surdas que se inserem na escola de ouvintes.

Em resumo, esta pesquisa definiu como centrais, para verificar o processo de inclusão exitosa ou não, a descrição dos alunos observados, aparência geral da aluna Surda, como é o convívio da pessoa Surda em sala de aula, como agem as professoras observadas diante da pessoa Surda, como se dá a relação professoras e aluna Surda, procedimentos metodológicos, relação alunos ouvintes-aluna Surda, material didático e utilização de recursos, entre outros.

O período de observação se deu durante um mês e nove dias. Nestes, presenciamos alguns episódios nos quais podemos perceber a maneira como às professoras em sala agem diante da pessoa Surda e dos ouvintes.

Sabemos que comunicação/interação que se estabelece entre professor e aluno Surdo em sala são primordiais no processo ensino-aprendizagem. E a forma como a pessoa Surda percebe os conteúdos transmitidos é, sem dúvida, essencial para que se possa compreender e aprender mais e melhor. No entanto, se o educador não souber comunicar-se com a pessoa Surda ou repassar suas aulas sem ter em mente que no espaço de sala de aula encontra-se uma pessoa que não ouve, obviamente, isso dificultará à aprendizagem e a interação com a pessoa Surda não será efetivada. Os episódios abaixo revelam um pouco do que foi dito até agora:

QUADRO I

DESCRIÇÃO DE UMA AULA DE PORTUGUÊS (TURMA DO 5º ANO)

| |
|---|
| <p>1º Episódio. Dia 26/10/11 Tema: Poemas de Cecília Meireles</p> |
| <p>Antes de iniciar a aula a professora falou com a turma sobre a ida ao cinema. Ela direcionava-se e oralizava o tempo todo. Por diversas vezes, vimos a aluna Surda perguntar aos colegas ouvintes o que a professora estava falando, sinalizava dizendo que não estava entendendo nada. Os colegas respondiam em datilologia. Ao falar da ida ao cinema, a professora dizia que iria ser muito bom, pois teria muita música e os (as) alunos/as adorariam. A aula propriamente dita iniciou-se com a explicação de um poema da autora brasileira Cecília Meireles. Enquanto fazia a explanação do conteúdo, a professora escrevia no quadro e falava da importância da leitura desses poemas, uma vez que os/as alunos/as deveriam decorar, antes do dia “D” da leitura, que se realizaria na escola. Tirou de sua bolsa uma foto de Cecília Meireles e disse: “Essa é a autora que vamos trabalhar este mês”, guardou e continuou a explicação, ao mesmo tempo em que copiava no quadro uma atividade dizendo que não precisava explicar porque os discentes já sabiam.</p> |

Fonte: Pesquisa de campo

É importante ter em conta que na turma pesquisada esses episódios eram constantes. As professoras, nos momentos em que explicavam a aula, não olhavam para a aluna Surda que se

sentava sempre na carteira da frente, isso também dificultava porque se as carteiras fossem dispostas em semicírculo a pesquisada iria visualizar bem melhor o quadro negro e a educadora no momento das explicações, porém, como a escola no momento da pesquisa estava comportando duas turmas, esta forma de disposição das carteiras seria naquele momento praticamente impossível, pois não havia espaço suficiente. Tal fato nos mostra que as escolas comuns não estão preparadas para atender as pessoas Surdas, visto que a todo tempo a professora dirigiu-se como se estivesse lidando apenas com sujeitos ouvintes, não levando em consideração que na sala de aula tinha uma aluna Surda que necessitava de uma atenção especial. E ao tratar todos os alunos como iguais nesse momento, a professora agiu, por assim dizer, excluindo a aluna Surda, uma vez que devido ela não escutar, nem falar, nas ocasiões em que a professora oralizava, a aluna Surda parecia demonstrar um feitio de desespero e cansaço.

Como na sala de aula se encontrava uma aluna Surda, no momento que a professora explicava, ela devia falar direcionando o olhar sempre para a mesma, pois essa situação permitiria a menina fazer uma pequena leitura labial e perceber na expressão facial alguns sinais que possibilitassem entender o que a professora falava. Mas, como vimos no quadro acima, a educadora não utilizou os meios de comunicação visual, sendo assim, a aula não foi compreendida pela Aluna Surda e esta mais uma vez demonstrou, através do olhar, a sua insatisfação com aquela situação. Como nos informa Marchesi (2004, p.189), “a correta utilização de um sistema de comunicação manual na sala de aula é a condição necessária para facilitar o intercâmbio de informações com o aluno surdo e o progresso em suas aprendizagens escolares”.

Detectamos, na escola campo de pesquisa, que a valorização da oralização é visivelmente constatada. Enquanto que a Língua de Sinais não é usada. Talvez, se a escola disponibilizasse de um Intérprete de Língua de Sinais, a aluna Surda não se sentisse tão excluída perante os colegas ouvintes, assim, teria o seu código de comunicação próprio e adequado para as situações na sala de aula. Fato que certamente facilitaria seu entendimento dos conteúdos escolares.

Sabemos que durante as aulas de Português é comum se trabalhar textos de diversos gêneros. Dessa forma, as educadoras utilizaram imagens, usando, como auxílio para as atividades, recursos didáticos e materiais, por exemplo, equipamento de data show e transparência para melhor desempenho das aulas. As professoras na escola campo de pesquisa deveriam direcionar o olhar sempre para a pessoa Surda e fazer uso também do código escrito

na lousa. Posturas assim podem ajudar bastante à aluna Surda a perceber visualmente o texto e fazer relações com seus conhecimentos prévios.

QUADRO II

DESCRIÇÃO DE UMA AULA DE MATEMÁTICA (TURMA DO 5º ANO)

| |
|---|
| 2º Episódio. Dia 07/11/11 Tema: Fração |
| <p>A professora solicitou que os/as alunos/as abrissem o caderno para corrigir a atividade de fração que havia passado na outra aula. Os educandos assim fizeram, somente a aluna Surda que não abriu no momento. Mas quando ela olhou o caderno da colega ao lado, viu a disciplina e abriu o seu caderno. Em seguida, a professora copiou no quadro as questões e perguntava de forma oral aos alunos a resposta. Enquanto copiava se dirigia sempre aos ouvintes e não olhava em momento algum a aluna Surda. Perguntava aos ouvintes se estavam entendendo, enquanto que a aluna Surda somente copiava tudo. Num segundo momento, a professora passou um exercício para que os educandos respondessem, a aluna Surda esperava os colegas responderem para depois fazer cópia das respostas.</p> |

Fonte: Pesquisa de campo

Esse episódio mostra mais uma vez a dificuldade com que passa a pessoa Surda na sala de aula do ensino regular. Clara, mesmo com todas as dificuldades existentes, tenta aprender e para isso conta com a ajuda dos seus colegas ouvintes, que, a nosso ver, interessavam-se mais em aprender LIBRAS do que os próprios educadores da menina. Tal cena faz-nos pensar que esta inclusão mais atrapalha do que ajuda.

A aprendizagem parece ficar evidente nesse episódio que dificilmente é concretizada, já que a aluna Surda somente resolve suas atividades mediante cópia dos colegas. Estes, por diversas vezes não sabem explicar a menina como se faz e, além disso, levam muito tempo, pois eles somente se comunicam em datilologia que é a soletração de uma palavra usando o alfabeto manual de LIBRAS e poucas vezes a informação sinalizada. O que toma muito tempo, porque ao explicar somente em datilologia estão soletrando para a pessoa Surda palavras e frases, o que gera muito cansaço, tanto para os colegas ouvintes, quanto à própria aluna que necessita mesmo é de alguém que use a língua de sinais em sala de aula, o que se encontra facilmente na escola bilíngue.

As aulas de matemática por si só já são desafiantes e representam para muitos alunos a disciplina que mais apavora no ambiente educativo em termos de dificuldades de entendimento. Então, quando nos deparamos com uma aula de matemática em uma turma composta, em sua maioria, por sujeitos ouvintes e apenas uma aluna Surda, a situação se complica ainda mais, não que ela não seja capaz de aprender. Mas para que isso ocorra se faz

necessário que a mesma receba orientações que a auxilie a deduzir bem melhor cada procedimento aplicado às questões matemáticas. Contudo, como a pesquisada muitas vezes não consegue entender esses procedimentos, a mesma vai criando suas próprias hipóteses apenas ao observar, pois notamos que as professoras não diferenciavam o modo de explanação das aulas e não levavam em conta a aluna Surda presente na sala de aula.

QUADRO III DESCRIÇÃO DE AULA DE ARTES

| |
|---|
| 3º Episódio. Dia 09/11/11 Tema: Poema bailarina de Cecília Meireles |
| <p>A professora entrou na sala, deu avisos sobre o dia “D” da leitura e iniciou sua aula. Começou explicando a atividade que iria desenvolver. Para isto pediu que os/as alunos/as que estivessem responsáveis com o poema “bailarina” ficassem na sala, pois iria dizer como seria as roupas. Após confeccionariam uma boneca bailarina como forma de representar o poema. Os/as alunos/as que eram dos outros poemas saíram para o pátio para estudar e os do poema bailarina permaneceram em sala. Enquanto a professora explicava, a aluna Surda permanecia mexendo na sua colega do lado e perguntando o que a professora estava dizendo. Ao observar alguns colegas saindo, a menina levantou-se, mas uma colega pediu em gestos que ela permanecesse sentada. Ao chamar todos/as que estavam no poema para ir à frente do quadro os/as alunos/as dirigiram-se para onde a professora havia pedido. Somente a aluna Surda continuou sentada, então uma colega foi em sua carteira e a chamou, dizendo que ela era do poema, que se vestiria de bailarina. A professora nesse momento olhou e disse que não lembrava que a aluna Surda fazia parte desse poema e que por isso não a chamou. Ao mostrar como seria a roupa, a educadora novamente oralizou o tempo todo e a aluna sem entender nada. De repente a menina olha para professora e gesticula perguntando qual seria sua roupa, a professora utiliza a linguagem oral e diz: “<i>depois ligo pra sua mãe</i>” colocando a mão no ouvido gesticulando um telefone.</p> |

Fonte: Pesquisa de campo

Nesse episódio, a atitude da professora deixa evidente o seu desconhecimento sobre o que vem a ser o sentido da inclusão, haja vista que ela tratou, nesta ocasião, a sala como se a turma fosse homogênea, não considerando a diferença existente e demonstrando não haver afinidade com a linguagem de sinais.

Nesses episódios, reparamos que nem a escola, nem as professoras da sala estão preparadas para receber as pessoas Surdas. Porque segundo nos diz Figueiredo (2008, p. 142), as mesas e cadeiras devem estar organizadas de forma que todos dirijam o olhar para a professora que, na maioria das vezes, está dando as orientações quase sempre na frente do quadro. Então, os educandos devem ficar organizados de modo que visualizem bem a professora. Isso deve acontecer sempre quando temos em sala de aula uma pessoa Surda.

De modo geral, as professoras deixaram transparecer o constrangimento com as situações apresentadas. Muitas vezes pela falta de um intérprete de língua de sinais e de uma

preparação adequada que as permitissem ter um mínimo conhecimento de LIBRAS. Observamos de maneira recorrente tais cenas, o que muito nos entristece, pois vimos na prática que a inclusão é muito falada, porém, pouco implementada.

Do nosso ponto de vista, o processo de inclusão de Surdos necessita ser investigado antes de permitir a aplicação, visto que as instituições precisam se analisadas a fim de se comprovar ou não se estas têm condições de oferecer atendimento do qual os educandos Surdos necessitam.

QUADRO IV

DESCRIÇÃO DA AULA DE PORTUGUÊS

| |
|--|
| <p>4º Episódio. Dia 11/11/11 Tema: Declamação de poemas</p> |
| <p>A professora, inicialmente, dividiu a turma em meninos e meninas. Começou recordando os poemas de Cecília Meireles que seriam trabalhados no dia “D” da leitura na comunidade. Foi formada uma roda de leitura e foram escolhidos alguns representantes dos grupos para declamarem os poemas para os demais colegas. Deste modo os educandos começaram a declamar os poemas, primeiro “leilão de jardim”, “o amor”, “bolhas”, “serenata”, “as meninas”, entre outros. Enquanto a professora explicava, a aluna Surda ficava parada aparentando não entender nada e a educadora não olhava para Clara. Como a carteira da aluna surda ficava sempre na frente, quando a professora explicava olhando para o meio ou direcionando-se para trás, Clara esforçava-se um pouco para observar o que a professora dizia e tentava entender por meio do olhar. Assim Clara tentava fazer a leitura labial, mas era em vão porque a educadora falava muito rápido.</p> |

Fonte: Pesquisa de campo

Novamente, vimos neste episódio que a educadora explicou e chamou os educandos para ler poemas para todos, Enquanto isso, Clara ficava sem entender nada, muitas vezes parecia que ela estava meio que aérea, pois não compreendia os poemas aos quais os/as alunos/as declamavam.

Durante a observação, tivemos a comprovação de que a escola campo de pesquisa não oferece condições reais de atendimento à pessoa Surda. O que percebemos é que os profissionais da sala de aula a qual ficamos não tem uma formação adequada para receber alunos/as Surdos. A aluna Surda objeto de estudo é visivelmente excluída e ignorada perante uma gama de ouvintes e esta é penalizada no processo de ensino aprendizagem.

Não apenas a pessoa Surda sente-se excluída, mas os profissionais também, que de uma forma ou de outra não conseguem atender a todos/as. Os profissionais têm que atender a uma turma com um número elevado de alunos/as e ainda precisam dar atenção a todos/as e garantir com que as pessoas dispostas em sala aprendam. Tudo isso é verdadeiramente complexo e preocupante.

É preciso que haja uma conscientização dos que almejam incluir Surdos em escolas comuns, pois antes disto acontecer dever-se-ia realizar uma investigação para se ter conhecimento do rendimento dos Surdos nas escolas de ouvintes.

4.3 Apresentando as falas dos sujeitos da pesquisa

Para a nossa pesquisa, o uso das falas teve função primordial, uma vez que pudemos perceber de modo mais nítido o que pensam professoras e a aluna Surda sobre a inclusão. As professoras disseram, em suas falas, o que sentem e os obstáculos que atravessavam em sala de aula diariamente. Enquanto que a aluna Surda demonstrou, em sua fala, toda sua insatisfação em estudar numa sala de ouvintes. Então, as falas descritas a seguir foram indispensáveis para a nossa pesquisa e análise geral do trabalho, pois nos permitiu comprovar os resultados obtidos.

Para a análise dos dados, optamos por fazer a análise das entrevistas por meio das falas, procurando verificar os desafios mais comuns em sala de aula enfrentados tanto pelas professoras quanto pela relação com a aluna Surda.

4.3.1 A aluna Surda

Clara, como nomeamos a aluna Surda observada, tem doze anos, mora na cidade de Campina Grande/PB e segundo a mesma já nasceu Surda, mas não soube informar o grau de surdez. As formas de comunicação que utiliza diariamente em sua casa são Língua de Sinais para comunicar com o irmão e oraliza algumas poucas palavras para se comunicar com a mãe ou o pai. No entanto, as palavras que esforçadamente oraliza é de difícil entendimento, pois o som da voz sai um pouco rouca. Contudo, por a pesquisada ainda oralizar poucas palavras podemos dizer que utiliza a modalidade bimodal, já que faz uso minimamente da língua oral e abundantemente da língua sinalizada. Clara estuda na escola campo de pesquisa há quatro anos. No ano de 2011 (dois mil e onze) a mesma estava estudando na escola comum na turma do 5º ano tarde. Porém, na EDAC, onde estudava no turno manhã, a mesma se encontrava um ano mais avançada, pois permanecia no 6º ano.

Durante a pesquisa, notamos que Clara é uma menina que gosta, sempre, de companhia e da atenção das pessoas. Nos momentos das aulas, a mesma costuma permanecer quieta, olhando atentamente para as professoras, mas quando as educadoras falam enquanto

escreviam, Clara ficava com um feitiço de cansaço, angústia e um pouco agitada, procurando saber com os colegas o que as professoras falam, já que as mesmas não dirigem o olhar para a aluna Surda e isto a incomodava bastante. No horário do intervalo, Clara brincava com um grupinho de colegas. Observamos que ela gostava de brincar bastante com baralhos. O que a deixava um pouco irritada era quando os seus colegas gritavam, nessas ocasiões a mesma colocava a mão no ouvido e saía de perto.

4.3.1.1 A fala da aluna

A entrevista que avaliamos, neste momento, vem alocar a fala da aluna Surda, estudante da escola regular e também da EDAC. Mas uma vez enfatizamos que a descrição da entrevista da pesquisada que nomeamos de Clara, está sendo mencionada tal como à intérprete transmitiu, deste modo, a fala descrita a seguir da aluna objeto de pesquisa é feita tendo como base a voz da intérprete. Em relação à inclusão da pessoa Surda na sala de aula, do ensino regular, é indispensável que tomemos conhecimento da opinião de uma pessoa “incluída” para que assim possamos entender um pouco como se sentem na escola comum. Para, posteriormente, relacionarmos com os episódios presenciados em sala. Observemos o que a aluna Clara expressou em sua fala:

*Eu não encontro sentido de tá lá! Surdo e ouvinte não dar certo, fica truncado. Surdo e Surdo dar certo, pois tem a mesma língua. O que eu gostaria era língua de sinais na minha escola **Clara, aluna Surda da escola de ouvintes.***

A aluna disse, em sua fala, não encontrar sentido na escola comum. Tal opinião demonstra, de modo claro, a sua insatisfação em estar presente na escola de ouvintes, pois neste espaço não há uma comunicação que possibilite a mesma a estabelecer uma boa interação que a faça sentir-se, de fato, incluída, e não apenas integrada. Todavia, para que receba o atendimento adequado é preciso que a escola prepare os profissionais a fim de manter uma relação equilibrada.

Para que isto ocorra é primordial que a instituição tente superar as dificuldades da linguagem de sinais, promovendo e incentivando os profissionais a fazer cursos de LIBRAS para que assim os educadores sintam-se preparados para lidar com sujeitos Surdos.

Felipe (apud STROBEL, 2008, p.100) conclama que,

[...] os alunos surdos ficarão em classes de ouvintes, sendo que a língua de maior prestígio será a da professora e dos alunos ouvintes. Os surdos, embora possam receber a tradução simultaneamente do “ensinado” que estiver acontecendo em sala de aula, terá de estudar em português e fazer suas provas nessa língua (FELIPE apud STROBEL, 2008, p.100).

O desprezo com a diferença linguística ocorre pelo fato de que na sala de aula o Surdo representar a minoria. Isso dificulta as interações comunicativas, visto que a língua que predomina na escola de ouvintes é a língua oral, não havendo, assim, muito interesse e incentivo para a língua de sinais que se encontra na escola comum em segundo plano. Tal fato não ajuda muito a pessoa surda, que precisa ter como primeira língua a língua de sinais, pois é esta que eles usam em todos os momentos de suas vidas. Mas, como a escola regular não oferece esse atendimento, o aluno Surdo fica como um ser passivo a todo tipo de conhecimento que é transmitido, tornando-se meros copiadores.

É conveniente revelarmos o que diz a aluna Clara a respeito de sua possível inclusão na escola de ouvintes. Assim, descrevemos o que ela relata quando indagada se sente incluída. Vejamos:

Não me sinto incluída lá, porque lá não é bom. Porque é uma coisa que a gente não entende, a gente pede pra explicar, aí as pessoas falam só em datilologia, datilologia, e datilologia não é língua de sinais, por que eles só repetem as frases que estão lá escrita e fazem em datilologia e às vezes a gente já tem explicado, mas parece que as pessoas esquecem! **Clara, aluna Surda da escola de ouvintes.**

A resposta de Clara deixa transparecer à pesquisadora que apesar dos seus colegas ouvintes tentarem ajudá-la, explicando em datilologia. Isto não é suficiente, pois em observação, percebemos que enquanto os ouvintes repassavam a fala da professora para Clara, a educadora continuava explicando e escrevendo no quadro, o que prejudicava tanto a aluna “incluída” quanto os ouvintes. Os estudantes ouvintes, ao repassar para Clara o que a professora explicava, deixam de compreender boa parte das explicações dadas pela docente.

Sousa e Goés (apud SOARES e LACERDA, 2004),

Apontam para problemas na inclusão de crianças surdas no ensino regular, porque a inclusão traz consigo uma adesão implícita à filosofia oralista, tratando o surdo de modo igual a todos os outros alunos, como se fosse, portanto, ouvinte. Desta forma, a inclusão lida com a surdez simplesmente negando-a. Esse tipo de escola inclusiva, ao tentar criar um ambiente que propicie o desenvolvimento das crianças surdas, considerando-as ouvintes e tendo-as somente como “corpo físico”, não possibilita o pleno desenvolvimento linguístico, caracterizando a exclusão de tais crianças [...] (2004, p.127-128).

É conveniente que se compreenda as situações que dificultam o ensino – aprendizagem no contexto da sala de aula. Pois assim perceberemos os limites da inclusão e quais os meios que deveram ser empregados para estabelecer estratégias viáveis que possibilite a pessoa Surda adquirir conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento.

Afirma Marchesi (2004, p.32), que “a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos integrados é o principal critério a se levar em conta”. Em certos momentos, ao comparar as falas das professoras com as de Clara, notamos as divergências existentes entre elas, o que nos faz entender que as dificuldades para quem ensina são diferentes da opinião da aluna “incluída”.

Falando sobre as consequências que a inclusão causa a aluna Surda, indagamos se ela percebe se a professora demonstra interesse em lhe ensinar e ela nos informou:

*Eu não percebo não. Ela chega, escreve lá, senta, eu digo: tô entendendo não. Ela faz tá, então espera! Eu fico me sentindo de palhaça na sala de aula e eu pergunto e a professora fala: “depois eu te explico!” Aí fica demorando... Eu digo vai retoma, ela diz: “desculpa eu esqueci”. Aí eu digo: Eu num tô brincando não? Me explica, eu sou Surda, na sala de aula só tem eu de Surda e eu tô querendo aprender. Ela diz: “desculpa, eu tô ocupada, é porque é muita coisa”. Não é brincadeira não um negócio desses! **Clara, aluna Surda da escola de ouvintes.***

Nesse discurso, Clara, inicialmente, responde a pergunta e faz uma breve recapitulação do modo como agem as professoras em sala de aula. Essa fala mostrou, na prática, os problemas vividos cotidianamente pela pessoa “incluída”. Torna-se imperioso destacar que a boa transmissão dos conteúdos apresentados é importante à pessoa Surda, pois sua aprendizagem vai depender da forma como lhe é exposto às aulas e, às vezes, um pouco de atenção faz uma grande diferença. Para enfatizar esta questão, Clara continua dizendo:

*Eu queria que ela me ensinasse, mas fica só na minha vontade, é muito difícil, ela não sabe nada de LIBRAS. A professora do ano passado sabia, então era melhor. Falta na questão no horário que tivesse LIBRAS pra ensinar aos professores, aí a professora aprendia LIBRAS e me ensinava. Mas não tem, aí a gente fica saturada, cansada, dar sono. Eu de manhã estudo na escola de Surdos e a tarde na escola de ouvintes, escola inclusiva. Já tem anos, desde 2008. Eu acho isso muito ruim, é muito trabalhoso viver nessa situação. Mamãe em casa fica preocupada pra me ajudar, mas ela tem as atividades dela, aí eu digo: calma mamãe, eu tô estudando! Às vezes vou dormir de madrugada **Clara, aluna Surda da escola de ouvintes.***

Logo, cabe a escola e/ou aos governantes procurar meios para impedir que situações desse tipo sejam amenizadas, pois como vimos até agora, a inclusão na escola parece ser uma simples ilusão na qual a aluna Surda vem sofrendo às consequências desse processo tão polêmico.

Em sua fala, Clara diz que “*a professora não sabe nada de LIBRAS*”. O que impossibilita a comunicação, uma vez que a língua de sinais é essencial para a construção da identidade dos sujeitos Surdos, porque isso facilita o processo de interação e auxilia a absorção dos conhecimentos escolares por esses sujeitos. Partindo do que foi exposto, devemos lembrar que “no contexto escolar em que os professores não falam língua de sinais, os surdos não conseguem aprender conteúdos adequadamente.” (ALVES et al, 2011, p.196).

Igualmente, emanamos os motivos que levam os defensores das escolas bilíngues a questionarem a inclusão posta atualmente, pois esta como está sendo posta tem prejudicado a pessoa “incluída”, uma vez que se promete muito e quando partimos à prática é tudo diferente do que se diz. Vejamos o que a aluna Clara diz a respeito da sala de recursos e como se dá sua presença naquele ambiente:

*Ah! É o AEE tem, tem. A minha presença no AEE é só para fazer as avaliações, porque fica muito difícil pra eu aprender, eu vou pra essas questões das avaliações, às vezes a professora do AEE (faz o sinal da professora) ela é até chata por que ela fica, você não sabe disso? Isso foi ensinado a você na EDAC! Qual série você tá? Você ainda não aprendeu? Você hoje tem que aprender! Mas é muito difícil pra gente essa questão da aprendizagem e sempre eu tenho que ter mais paciência do que o normal, porque é se deparar com: “você tá com um bloqueio, sem aprender” e ficam: “você tem que aprender! Você já viu isso!” Porque é muito profundo o que eles ensinam e fica difícil pra gente tá numa parcela normal. Porque quando se ensina na sala, se ensina no todo, como se todos fossem ouvintes, porque não tem reforço específico pra Surdos e o reforço eu tenho que pagar e não tenho dinheiro pra ter um particular e a escola não oferece reforço pra Surdo **Clara, aluna Surda da escola de ouvintes.***

Notamos a maturidade na fala de Clara, ela demonstra o quanto é difícil aprender na escola de ouvintes, mesmo que esta ofereça a sala de recursos. E a professora do AEE parece fazer muitas cobranças à aluna Clara, no momento em que frequenta o AEE.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas; bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (BRASIL 2001, p.28).

Obviamente é importante oportunizar o aprendizado da pessoa Surda, favorecendo a diferença sociolinguística e valorizando a comunicação a qual se estabelece em todos os momentos de sua vida, entre eles, na escola, que é o espaço em que ocorre o processo de aprendizagem. Desta forma, a comunicação utilizada no cotidiano da sala de aula entre professor/aluno é primordial. Sobre essa questão Clara nos fala que:

*Não existe uma comunicação, eu fico sentada lá, a professora explicando, explicando e eu não compreendendo nada o que ela tá dizendo. O ano passado foi melhor, a professora do quarto ano sabia língua de sinais. Então, ela usava, o sinal dela é este (sinaliza o sinal da professora) e o nome dela é (faz em datilologia), ela sabia língua de sinais **Clara, aluna Surda da escola de ouvintes.***

A partir dessa fala é necessário deixar explicitado a insatisfação da aluna Clara com as atitudes da professora em sala. Novamente ela faz menção à educadora do quarto ano, pois a mesma sabe língua de sinais e isto marcou positivamente a aprendizagem de Clara quando estudava o ano supracitado. É relevante registrar que o aprendizado do sujeito Surdo é favorecido com a utilização da língua de sinais. Então, ao iniciar o trabalho de inclusão, se o uso de LIBRAS não for possível também não ocorrerá construção de conhecimento.

Em observação no espaço de sala de aula, presenciamos a forma como Clara realiza suas atividades. Devido essa circunstância, interrogamos como ela realiza suas atividades dentro da sala de aula e/ou se recebe ajuda de alguém e nos relatou que:

*Ajuda? Eu copio dos outros. Eu não sei, aí eu pergunto como é? E as minhas amigas sentem dificuldade em me ensinar aí me dão o caderno e eu copio **Clara, aluna Surda da escola de ouvintes.***

O que se observa aqui e o que se presenciou na sala de aula é que Clara, por não entender muito bem a língua portuguesa escrita e muito menos a explicação das professoras, utiliza sempre no seu dia a dia o uso da cópia, ou seja, na maioria das vezes costuma copiar as atividades de sua colega. Esta é uma técnica corriqueira que vimos durante o período de pesquisa por diversas vezes.

Pensando nisso, as escolas precisam promover uma educação com qualidade, permitindo não somente a inclusão dos alunos Surdos, mas assegurar que a aprendizagem seja feita de forma visível, fazendo com que os Surdos possam participar com mais autonomia da construção do seu próprio conhecimento.

Precisamos, portanto, refletir e questionar até que ponto é possível incluir um Surdo; pois para que a almejada inclusão venha acontecer é necessário que várias modificações ocorram; entre elas, às condições nas quais acontece esta inclusão e em que medida esta possibilita de fato uma aprendizagem significativa e repleta de significados às pessoas Surdas.

4.3.2 As professoras

A professora que nomeamos de Rebeca é Graduada em Pedagogia por uma universidade particular e possui pós-graduação em formação do educador pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Esta trabalha em uma escola particular e na Escola Municipal Manoel Francisco da Motta. Nesta já faz vinte e dois anos que leciona. Enquanto que Roberta é Graduada em Pedagogia e pós-graduação em psicopedagogia pela UEPB, respectivamente. A pesquisada leciona apenas na Escola Municipal Manoel Francisco da Motta há vinte e seis anos. A mesma nos informou que foi a primeira professora de Clara quando começou a estudar na escola citada acima. Contudo, não percebemos muita desenvoltura desta no que corresponde à forma de interação/comunicação, como também não demonstrou muito interesse quanto a modificação de metodologias em sala que viesse a priorizar diferentes modos de ensino para o desenvolvimento da pessoa Surda.

4.3.2.1 As falas das professoras

A inclusão tem gerado, na contemporaneidade, uma grande polêmica, principalmente entre os profissionais da educação regular. Assim como discutimos no decorrer desse trabalho monográfico, o processo de inclusão no espaço de ouvintes não tem sido fácil e precisa, sem dúvida, ser repensado para que as pessoas Surdas, dentre as principais “vítimas”, não sejam mais prejudicadas pelo fracasso dessa política governamental que afeta diretamente a aprendizagem, devido à falta de capacitação dos profissionais da escola comum.

Para esclarecer a opinião desses profissionais, veremos a seguir os apontamentos de duas professoras com relação à inclusão:

*É uma proposta muito interessante, acredito que é uma das melhores coisas que acontece, até pensando na criança, porque a criança verdadeiramente ela precisa ter essa socialização com crianças que estejam [...] que escutem que se comunique de outra forma como ela não se comunica, pra que ela não fique só em escola específica pra ela como a EDAC. Porém, infelizmente, nós não somos preparados para receber essas crianças [refere-se às crianças Surdas]. É uma proposta interessante, mas foi uma proposta que veio e caiu como paraquedas pra gente, mas que não preparou **Rebeca, professora da escola de ouvintes.***

*Então [...] eu acho que falta ainda uma visão melhor, ou uma maior [...] como é que eu posso dizer, respeito ao profissional em relação a isso, porque eu acho que nós deveríamos ter mais capacitações sobre isso, porque é muito fácil você chegar e dizer: “oh! que o aluno é deficiente,” mas e aí, e a gente, porque não se trata de discriminação, não se trata de preconceito, entendeu? a quem tem [...] a quem é portador de qualquer necessidade. O que tá sendo discutido não é a questão do preconceito, muito pelo contrário, porque a questão da solidariedade em relação ao deficiente em sala de aula, seja ele é... que tipo for é imensa. Então, o que falta é a gente ser preparado, pra lidar com isso **Roberta, professora da escola de ouvintes.***

As professoras ao mesmo tempo em que ressaltam a necessidade da pessoa Surda ser incluída na sala regular, especificam que não têm capacitação e a falta de preparação desses profissionais são, em suma, um dos maiores problemas do processo inclusivo. As educadoras dizem que o processo de inclusão é uma proposta interessante, porém, quando chega às escolas são atribuídas responsabilidades aos professores sem ao menos prepará-los para poder atender essas pessoas. Como também não disponibilizam de Intérprete de Língua de Sinais para auxiliar o educador em sala de aula, o que seria o correto, não resolveria o problema total da exclusão, mas garantiria a pessoa Surda um nível maior de conhecimento.

Sobre essa questão no Documento Subsidiário a Política de Inclusão do MEC está explícito que:

As principais dificuldades são de recursos humanos, pessoal preparado. [...] todos precisam estar preparados, principalmente o professor em sala de aula, que muitas vezes não sabe como fazer. Assim, constata-se a necessidade de introduzir tanto modificações na formação inicial dos educadores, quanto à formação continuada e sistemática ao longo da carreira profissional dos professores e demais profissionais da educação (PAULON, 2005, p.28).

Tal fato prejudica não somente os profissionais, mas, principalmente, a pessoa Surda que sente na pele o resultado dessa inclusão tão falada. Porém, quando partimos para a realidade vemos algo totalmente diferente. De modo que nos deparamos com cenas

recorrentes de exclusão, haja vista que os Surdos não têm uma aprendizagem significativa e estão nas escolas comuns como sujeitos meramente passivos.

Segundo Capovilla (apud INSTITUTO ALFA E BETA s.d, p.1), “O grande problema do MEC é adotar políticas públicas sem levar em conta as evidências científicas da sua eficácia”. O processo de aprendizagem da pessoa Surda, no que concerne a inclusão, também foi discutido pelas professoras no momento em que comentaram que:

*A inclusão não facilita, pelo contrário [diz o nome da aluna Surda] nós tivemos até problemas no início do ano. [diz o nome da aluna Surda] se cansou, queria voltar para terceira série, ela chegou a pedir que não! Tava aguentando não! Tava muito estressada! Era muito difícil! Ela não conseguia e pediu pra voltar, que queria ficar na terceira série, então pra você vê, pra criança também não é interessante, porque se ela tivesse algum intérprete ela ia entender bem melhor, ela não ia sentir essa dificuldade, pra ela foi fácil na terceira série[referindo-se ao quarto ano] porque ela teve duas professoras que não são intérpretes não! Mas que são professoras que já estudaram, que se especializaram na área e uma, ah! Por sinal! Foi professora da EDAC. Então, assim... Na terceira, ela não teve dificuldades porque a professora tinha esse domínio [[exprime com tom de firmeza]] mas não que todas as professoras tenham **Rebeca, professora da escola de ouvintes.***

*[...] olha eu acho, como eu falei antes, que somos eternos aprendizes. Então, eu acho que a socialização dela [refere-se à aluna Surda] com outros, com certeza ela aprende, é claro, que não do ritmo de uma criança que escuta normalmente, mas ela aprende **Roberta, professora da escola de ouvintes.***

Para que a escola regular possa receber o alunado Surdo é conveniente que disponibilize, ao menos, de um Intérprete de Língua de Sinais para não sobrecarregar os professores da escola comum que deverão adequar sua metodologia de duas formas: para ouvintes e Surdos.

Deste modo, para a escola oferecer uma educação de qualidade e válida para as pessoas Surdas é primordial, primeiramente, que essa instituição seja capaz de transmitir as informações das quais os Surdos necessitam. Para que isto venha a ocorrer deve haver em sua sala de aula – onde estiver aluno Surdo – o Intérprete de Língua de Sinais. Se isto não for feito os alunos Surdos se sentirão isolados frente aos ouvintes.

A presença de um intérprete permitirá a pessoa Surda um mínimo de compreensão dos conteúdos transmitidos em sala de aula e promoverá de forma prática, tanto o ensino melhor quanto a aprendizagem. Como também minimizará os problemas educacionais decorrentes

desse processo. A necessidade de formação dos profissionais da educação regular é apontada nas falas das professoras:

[...] na minha opinião é necessário primeiro que a gente tenha uma formação [...] acho que o município deveria é [...] promover cursos, promover formações, onde preparar os professores e na nossa sala de aula como a gente não tem essa formação, acho que deveria ter um intérprete, com certeza **Rebeca, professora da escola de ouvintes.**

[...] olha, na realidade, existe pra nós professores, existe toda aquela responsabilidade de inclusão, você tem que incluir o aluno, você tem que tratá-lo de uma mesma forma, só que dos órgãos maiores a gente não tem respaldo nenhum, você veja, quando eu assumi a sala de aula e eu vi que [diz o nome da aluna Surda] chegou pra mim foi um impacto porque de certa forma eu aprendi a conviver com [diz o nome da aluna Surda], entendeu? Porque assim... Foi a primeira criança que trabalhei que tinha deficiência auditiva, né isso? Então, assim... Isso pra me foi um choque, mas também foi um grande aprendizado, mas que preparação nenhuma nós não temos **Roberta, professora da escola de ouvintes.**

A questão da preparação, na opinião das professoras, é fator primordial para que ocorra um melhor ensino e, conseqüentemente, uma aprendizagem. O maior problema do processo de inclusão está na dificuldade que o educador sente quando se coloca pessoa Surda no ensino comum. Na maioria das vezes, os professores não têm experiência com a língua de sinais e isso passa a ser um desafio em sala de aula. Além disso, há um grande desconforto tanto para os educadores quanto à pessoa “incluída”.

Como forma de amenizar a situação das pessoas Surdas na escola regular é indispensável, porém, a presença de um Intérprete de Língua de Sinais para mediar às aulas ministradas na escola inclusiva. Esta ausência faz com que os profissionais da escola comum não tenham motivação e estímulo para ensinar as pessoas Surdas de acordo com a proposta de inclusão em pauta. Isso é comprovado nas afirmações abaixo:

Não, nem estímulo, nem motivação. Pelo contrário, a gente fica desmotivada, preocupadas com o que vai vir no próximo ano, que tipo de aluno nós vamos receber e o que fazer né? Até porque a nossa escola aqui tem vários tipos de crianças especiais, não só surdos, têm crianças com outras síndromes e temos o AEE que é muito bom, que é um trabalho excelente. Mas que o AEE só não é suficiente, até porque a criança está a maior parte na sala de aula com a gente, ela tá no AEE no horário oposto, então, assim ... Na verdade não...é complicado pra gente **Rebeca, professora da escola de ouvintes.**

Não. Existe a cobrança do MEC não é? Mas estímulo não. Existe toda uma camada de cobrança, de responsabilidade, entendeu? Onde muitas vezes, por exemplo, [...] eu sou uma pessoa que eu tenho uma visão sobre “N” coisas. Eu tenho abertura pra isso, mas tem pessoas que tem uma idade bem mais avançada que eu, que está numa sala de aula a bem menos tempo que eu e pra enfrentar uma situação dessas, é difícil **Roberta, professora da escola de ouvintes.**

Entre as falas das educadoras, vimos que uma delas se reportou de modo assíduo à preocupação que tem ao receber uma pessoa Surda. E apesar da escola dispor de sala de recursos (AEE- Atendimento Educacional Especializado). Esta não é suficiente para suprir as dificuldades que as professoras passam em sala, no que concerne o atendimento adequado.

Por outro lado, a segunda professora demonstra claramente sua insatisfação ao deixar transparecer que o MEC somente cobra responsabilidade dos educadores, mas que não oferece nenhum estímulo.

É imperioso enfatizarmos que em ambientes onde a oralidade predomina a língua de sinais fica limitada e as dificuldades são facilmente visíveis pelas pessoas Surdas. Para Marchesi (2004, p.190), é de suma relevância “favorecer a comunicação e educar para a integração, tanto no mundo dos ouvintes, como no mundo dos surdos”.

É interessante realçarmos aqui que a escola bilíngue é essencial para as pessoas Surdas, porque é nesse espaço que elas têm acesso a uma aprendizagem não só dos conteúdos escolares, mas também do seu código de comunicação; pois a maioria dos Surdos vem de famílias ouvintes e será na escola específica que podem aprender a Língua de Sinais. Neste ambiente eles são valorizados e reconhecidos enquanto cidadãos, já que utilizam a mesma língua e há realmente interação, sendo este fator primordial à aprendizagem e para um bom desenvolvimento da pessoa Surda.

Para Capovilla (apud INSTITUTO ALFA E BETA s.d, p.2) “[...], a criança surda não aprende LIBRAS em casa porque, em geral, vem de lar de ouvintes. Ela aprende a língua de sinais na comunidade escolar sinalizadora”. Dessa forma, para que os Surdos tenham acesso a esse conhecimento é necessário que os mesmos estejam em constante contato com a comunidade Surda.

No que consiste a inclusão dos Surdos no cotidiano da sala de aula do ensino regular, faz-se necessário que o educador tenha um pouco de conhecimento da língua de sinais para poder mediar às situações de aprendizagem e a interação seja estabelecida. Essa competência é indispensável para que o profissional seja capaz de organizar suas aulas e garantir que

todos/as os/as alunos/as possam ter acesso a um nível de conhecimento comum. Se isto não for possível a escola não será considerada inclusiva.

Como explicações sobre quais os meios utilizados na comunicação entre a aluna Surda e as professoras em sala de aula, temos:

No meu caso e no caso da outra professora, a gente utiliza figuras, imagens. A gente utiliza a escrita mesmo e escreve e pede pra ela ler. Quando a gente não entende, nem ela, e, na hora da aula as crianças que nos ajudam, ficam passando pra ela, quando ela diz que não entende e eu sei que [diz o nome da aluna Surda] boa parte da aula ela não entende, mas poderia entender se a gente tivesse um intérprete **Rebeca, professora da escola de ouvintes.**

Eh... Algumas coisas eu aprendi não é? E outras os próprios colegas dela que têm mais facilidade do que eu. Eles me ajudam bastante **Roberta, professora da escola de ouvintes.**

Diante desse contexto, a forma de comunicação/interação estabelecida em sala de aula contribui decisivamente para a construção do conhecimento, mas a falta de comunicação com os Surdos deixa as aulas enfadonhas e desinteressantes.

Nas falas das professoras, percebemos que elas recebem ajuda dos/as alunos/as ouvintes que têm um pouco de conhecimento em LIBRAS e, somente assim, é que o processo ensino-aprendizagem pode ser efetivado.

Diante disto, sabemos que para que os Surdos possam aprender mais e melhor é necessário que o/a educador/a cuide das condições de visibilidade de classe, ou seja, que procure transmitir os conteúdos empregando diversos tipos de informações visuais. Isso facilitará na compreensão dos conteúdos trabalhados e na interação no momento da aula. Quando usamos estes tipos de recursos para o ensino de pessoas Surdas, as aulas se tornam para eles bem prazerosa e descontraída, evitando, assim, um grande constrangimento. Mas, dificilmente atividades que envolvam a informação visual são feitas em sala.

Conforme nos conta Strobel (2008, p.97), “há uma escassez de recursos visuais que facilitam a acessibilidade dos sujeitos surdos à vida social”. Tal fato foi visto na pesquisa de campo, pois, as professoras disseram que escrevem, na lousa, as informações e de utilizarem desenhos, mas, em raros momentos presenciamos atividades desse tipo.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica descreve que a,

Dificuldade de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, particularmente alunos que apresentam surdez [...] para os quais devem ser adotadas formas diferenciadas de ensino e adaptação de acesso ao currículo, com utilização de linguagens e códigos aplicáveis, assegurando – se os recursos humanos e materiais necessários (BRASIL, 2001, p.44).

A partir dessa explanação, a escola precisa transforma-se num lugar, por excelência, da criatividade, respeito às diferenças, participação, cidadania. Mas a escola regular é propícia para o ensino das pessoas surdas? Sobre essa questão as professoras responderam que:

Não acredito que seja o melhor lugar, acredito que é importante é... Mas seria o melhor lugar hoje, se nós fossemos preparados, mas [...] infelizmente é... Como posso citar da nossa aluna, ela muitas vezes ela fica meio que aérea e nós também. A gente não sabe nem o que fazer, porque não fomos preparados, mas que é interessante é... A inclusão, desde que fossemos preparados **Rebeca, professora da escola de ouvintes.**

Veja só o seguinte [...] existe a questão da socialização. Então, ela por ser uma criança deficiente não deve ser excluída do meio social, mas é preciso trabalhar com o profissional da escola e não tirar da criança o direito dela de estudar na escola regular. Precisamos de um respaldo maior, uma visão maior, um maior compromisso dos órgãos competentes pra que a gente não sobrecarregue muito **Roberta, professora da escola de ouvintes.**

Mediante essas descrições, podemos perceber que apesar das professoras justificarem a importância da inclusão da pessoa Surda com o mundo dos ouvintes, elas deixam transparecer que não são preparadas para receber essas pessoas. Isto nos leva a crer que a inclusão é propícia desde que os Surdos tenham suas necessidades educativas atendidas.

Na observação, realizada na sala de aula, foi perceptível averiguarmos a boa relação estabelecida entre a pessoa Surda e seus colegas ouvintes. Como forma de explicar essa questão observe o que disseram as professoras em suas falas:

Ah! Ela tem uma excelente relação, até porque [diz o nome da aluna Surda] tá conosco desde pequenininha. Então os colegas já dominam, já entendem, já conseguem. Ela se dá muito bem com todos, não tem nenhuma discriminação, de jeito nenhum ((com um tom de segurança)) disso ela sabe muito bem, mas tem horas que nem eles mesmos [refere-se aos alunos ouvintes] entendem o que ela [aluna Surda] quer colocar pra gente não é? Porque eles têm um entendimento que foi aprendido justamente com ela, mas que também não tiveram nenhuma formação pra isso **Rebeca, professora da escola de ouvintes.**

Muito boa, muito boa mesmo, ela [refere-se à aluna Surda] tem uma socialização muito boa **Roberta, professora da escola de ouvintes.**

Percebemos a firmeza nas falas das professoras. Para elas a relação entre a pessoa Surda e os alunos ouvintes é excelente. O que muito agrada as professoras, pois esse bom relacionamento e a facilidade de comunicação entre a menina Surda e seus colegas fazem com

que as professoras não se preocupem tanto no momento em que explica suas atividades, uma vez que é consciente de que os colegas ouvintes ajudam bastante nos momentos complicado para a pessoa “incluída”. Contudo, acreditamos que o profissional poderia procurar envolver-se mais com a menina, não somente esperar que os ouvintes assim o façam.

Nessa perspectiva, Figueiredo (2008, p. 142) nos informa que no contexto da sala de aula o “professor situa-se como mediador, considerando aspectos como: atenção às diferenças dos alunos; variação de papéis que o professor assume diferentes situações de aprendizagem; organização dos alunos de forma que possibilite interações em diferentes níveis”.

No entanto, cabe a escola encontrar meios para auxiliar os profissionais nas dificuldades surgidas em todo esse processo. É notório dizer, que algumas escolas disponibilizam de sala de recursos que atendem as pessoas com deficiência quando necessário.

A escola campo de pesquisa oferece como suporte para receber as pessoas com deficiência o AEE, que atendeu no ano de dois mil e onze/2011 dezesseis alunos/as. Sendo 16 ao todo, oito/08 na parte da manhã e oito/08 no turno da tarde. Entre eles, está a aluna Surda. Quanto à assistência recebida pelas professoras no desenvolvimento de atividades com a aluna Surda vejamos:

*Algumas vezes, recebemos da professora [diz o nome da professora,] ela muito nos auxilia, sempre que a gente chama que ela pode! Ela coloca alguém pra ficar na turma dela, mas que não é legal, porque ela não é intérprete da escola, ela tem a turma dela **Rebeca, professora da escola de ouvintes.***

*Não especificamente, assessoria de órgãos competentes externos a escola não tem, mas na escola temos uma professora de LIBRAS, isso facilita. Temos a sala do AEE e temos uma professora que facilita nossa vida, quando precisamos de ajuda em relação algumas questões que precisam ser resolvida **Roberta, professora da escola de ouvintes.***

Vemos, portanto, que apesar da escola disponibilizar do AEE, este não é suficiente para acabar com as barreiras existentes no ensino a aluna Surda. O AEE apenas ameniza um pouco os problemas dessa “inclusão”, pois nos momentos em que a pessoa Surda mais necessita é na sala de aula onde passa a maior parte do tempo. Confrontando com o preceituado, Lima (2011, p.148) diz que “quando se trata de inclusão, a valorização da língua de sinais para os surdos é uma das questões essenciais como possibilidade de igualdade de condições de desenvolvimento entre as pessoas”.

Para isto, seria melhor um Intérprete de Língua de Sinais porque facilitaria bem mais a vida das professoras e, conseqüentemente, da aluna Surda. Porque a menina “incluída” está no

AEE somente no horário oposto a aula e às vezes carece mesmo é de ajuda no momento da aula e não no outro dia. Então, se na sala tivesse um ILS as dificuldades seriam amenizadas.

Estas excursões no âmbito das possibilidades e desafios à inclusão da pessoa Surda na sala de aula do ensino regular deixaram algumas conclusões provisórias sobre o objetivo teórico-prático como resultado da análise e pesquisa. Tem-se primeiro que a ação restrita a prática pedagógica no contexto da sala de aula interfere no processo de aprendizagem da aluna Surda, uma vez que por diversas ocasiões notamos que a criança não conseguia acompanhar a explicação das professoras que eram feitas exclusivamente de forma oral.

Esta situação atrapalhava imensamente a comunicação da aluna Surda com as professoras, o que impedia que a aprendizagem pudesse ser efetivada da maneira correta, já que as docentes não possuíam nenhum conhecimento de LIBRAS. Todavia, muitas vezes percebemos também a ausência de empenho das educadoras em utilizar informações simples que ajudariam a menina Surda a entender um pouco as aulas.

O ideal seria que as docentes, no momento das explicações, utilizassem o máximo de informações visuais possíveis, associados a mensagens escritas na lousa, cuidassem das condições acústicas e de visibilidade da classe. Além de empenharem-se para que todos os alunos/as empregassem meios visuais de comunicação (MARCHESI, 2004, p.190). Isto possibilitaria a aluna Surda uma maior compreensão das atividades propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A despeito dos coloridos ausentes, creio que este trabalho contribui para uma redefinição dos problemas que estão na base da educação de surdos e sobre o lugar da escola de surdos no processo geral de educação, a qual todos têm direito como símbolo da dignidade humana”.

Nídia Regina Limeira de Sá (1999)

A partir do estudo proposto pela pesquisa foi possível constatar a necessidade de se avaliar as condições nas quais os Surdos são “incluídos” em sala de aula do ensino regular. Como também pudemos averiguar, na escola campo de pesquisa, a aluna Surda, objeto de estudo, não recebe o atendimento adequado no que se concerne o ensino – aprendizagem. Desta forma, as educadoras necessitam, urgentemente, modificar a metodologia de ensino aplicada e levarem em conta que a turma não é homogênea, ou seja, composta apenas de ouvintes, a fim de que a pessoa Surda possa desfrutar de uma educação ampla e de qualidade como condições de construir o seu próprio conhecimento.

Para isso, é fundamental que durante os momentos das explicações as professoras falem dirigindo o olhar à pessoa Surda. Esta posição é essencial em toda escola que ofereça o atendimento às pessoas Surdas. Quando atitudes desse tipo não são tomadas, para que essas ocorrências sejam suavizadas, é importante que a escola disponibilize de um intérprete de língua de sinais, o que permite ao sujeito Surdo o direito de adquirir um pouco de conhecimento. Porém, o ILS por si só não é suficiente para garantir com que o Surdo aprenda. O certo é que o surdo conviva com a comunidade Surda, visto que é neste espaço onde o Surdo sente-se, de fato, incluído.

Contudo, as aulas que presenciamos foram transmitidas exclusivamente por meio da linguagem na modalidade oral e as educadoras não utilizavam os recursos citados acima. Portanto, nos momentos das explicações dos conteúdos, as professoras direcionavam-se tão somente para os ouvintes, como se a turma fosse composta apenas por pessoas ouvintes, não levando em consideração a aluna Surda presente na sala de aula. Para que isso possa ser evitado é necessário que as professoras compreendam que em turmas onde se tem uma pessoa Surda, a forma de comunicação/explicação deve ser diferenciada, de modo a garantir condições mínimas à aprendizagem. É esse o papel da escola e dos educadores que dela fazem parte, ou seja, criar meios para que todos/as possam adquirir conhecimentos indispensáveis à vida social, cultural e educacional.

A partir disto, compreendemos que a inclusão na sala de aula do ensino regular não beneficia a pessoa Surda, e ainda faz com que os educadores sintam-se pressionados, assim percebemos nas atitudes de desespero e insatisfação das professoras de Clara. E o que as deixava assim era, principalmente, a falta de preparação. Pois se exige a inclusão da aluna Surda em sala de aula, porém não se oferecia a formação dos profissionais e as professoras de Clara também não evidenciaram nenhum interesse em aprender. Não sabemos se por falta de tempo ou interesse mesmo. Ao contrário dos alunos/as ouvintes que demonstraram grande empenho em aprender, cada vez mais, alguns sinais, com a aluna Surda.

Notamos que apesar das professoras demonstrarem ter conhecimento sobre o processo de inclusão, evidenciaram não se preocupar muito com essa questão. Ao mesmo tempo em que diziam não ter tido uma formação adequada também disseram que almejavam mais capacitações. Isto facilitaria um pouco o entendimento e a comunicação com a aluna Surda em sala de aula.

Os discentes ouvintes garantiram não haver dificuldade na comunicação entre a pessoa Surda, professoras e ouvintes. Já a aluna Surda disse em entrevista não haver comunicação entre ela e as professoras, o que nos faz supor que as dificuldades existem sim, e são vividas pela pessoa “incluída”.

As ponderações realizadas expuseram as imensas dificuldades existentes no processo de inclusão da pessoa Surda, não somente de quem está “incluso”, mas também dos profissionais que não recebem nenhuma forma de ajuda nesse processo.

Diante desse contexto, os dados revelaram que o direito de todos a uma educação de qualidade na escola comum é mais uma utopia. Na verdade, as práticas vistas em sala parecem tratar a turma de modo homogêneo como se todos fossem ouvintes, desvinculando o direito do Surdo de ter sua língua valorizada e de ser respeitado enquanto cidadão e não obrigado a negar a si mesmo.

Retomando a questão que norteou esta pesquisa, concluímos que há mais desafios do que possibilidades à inclusão da pessoa Surda na sala de aula do ensino regular. Portanto, a sala de aula se encontra sob a responsabilidade de professoras que não tem conhecimento de LIBRAS nem das necessidades de uma pessoa Surda. Reverter essa situação parece ser bem difícil, pois os limites postos ao processo de inclusão são enormes.

Esse fato não descarta a importância de uma prática pedagógica que vise à superação dos limites existentes. Mas, para isto é necessário o envolvimento de todos, não somente das professoras da sala de aula. A começar, é necessário que o MEC repense e investigue como se

dá a inclusão, para posteriormente buscar formas em que haja, de fato, uma inclusão e não exclusão como foi comprovado em nossa pesquisa.

As reflexões e discussões acerca das possibilidades e desafios à inclusão da pessoa Surda na sala de aula do ensino regular continuam e, atualmente, cogitam as diferentes formas de operacionalização desse processo.

Esta pesquisa foi de grande importância, pois nos permitiu conhecer mais de perto a realidade da inclusão e notar que muito ainda precisa ser feito para transformar a escola regular em um espaço realmente inclusivo. Com este trabalho, buscamos mostrar para todos/as que a inclusão enquanto processo é mais uma ilusão. Como também temos a certeza de que mais trabalhos relacionados à forma como está acontecendo a “inclusão” na escola regular devem ser feitos para confirmarmos se as escolas estão garantindo a inclusão ou não.

Deste modo, revelaremos à sociedade e àqueles que discursam a favor da inclusão, sem ao menos conhecer a realidade dessa política frustrada e sem ganho para os Surdos, uma vez que as pessoas Surdas se encontram na sala de aula como seres passivos a todo tipo de conhecimento, de modo que, não são concretizadas situações objetivas de aprendizagem, na qual os mesmos tenham acesso a uma educação realmente de qualidade.

Logo, para que isto possa acontecer é preciso que as instituições educacionais reestruturem os seus sistemas de ensino, a fim de cumprir o estabelecido na lei, a começar pela organização do espaço escolar. Mas o mais viável mesmo seria que o governo consentisse que o Surdo fosse educado em escolas bilíngues, gratuitas e de qualidade, porque é nesse espaço onde o Surdo tem suas necessidades de aprendizagem atendidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edineia de oliveira. et al . Língua de sinais: um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e interacional do surdo. In: DORZIAT, Ana. **Estudos surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. Estudo de caso do tipo etnográfico. In: __ (org.). **Estudo de caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005.

ARAÚJO, Joelma Remígio; DORZIAT, Ana; SOARES, Felipe Paulino. O direito dos surdos à educação: que educação é essa? In: DORZIAT, Ana (org.). **Estudos surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

BRASIL, Ministério da educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica/secretaria de educação especial-MEC; SEESP, 2001.**

BRASIL, Ministério da educação. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>> Acesso em: 07 out.11.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. In: STOBAUS, Claus Dieter. MOSQUERA, Juan José Mourino (org.). **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular: possibilidades e limitações**. In: __ (org.). Brasília: Instituto interdisciplinar de Brasília, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. Metodologia de estudo de caso e inclusão educacional escolar. In: __ (org.). **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

COSTA, Maria Stela O. **Bilingüismo: proposta de educação para surdos**. Revista Mundo Jovem. n.338.Ano.46 2008.

Constituição da República Federativa do Brasil. **Texto promulgado em 05 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 26 out.11.

COUTINHO, Clara. **O que é análise de conteúdo?** Disponível em: <<http://claracoutinho.wikispaces.com/O+que+%C3%A9+An%C3%A1lise+de+Conte%C3%BAdo%3F>>. Acesso em: 26 out.11.

DANESI, Marlene Canarim. **A significação do trabalho para o individuo surdo**. Disponível em: <<http://www.psicomundo.com/foros/trabajo/surdo.htm>>. Acesso em: 12 março de 2012.

DORZIAT, Ana. Inclusão escolar: para além do discurso oficial. In:_(org.). **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 61-82.

_____. **Sugestões docentes para melhorar o ensino de surdos**. Cadernos de pesquisa. n.108, 1999. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a08n108.pdf>>. Acesso em: 07 jul.11.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 10 jul.11.

Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais. **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade em Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994**. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>. Acesso em: 10 jul.11.

Declaração Mundial de Educação para Todos. **Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990**. Disponível em: <http://www.interlegis.leg.br/processo_legislativo/copy_of_20020319150524/20030620161930/20030623105532/>. Acesso em: 10 jul.11.

FERREIRA, Windyz B. **Educação inclusiva**: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Inclusão - Revista da Educação Especial - Out/2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4. Ed.rev.ampliada. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Formação de professores. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O desafio das diferenças. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FILHO, Genivaldo Oliveira Santos; OLIVEIRA, Rozilda Ramos dos Santos. **Comunidade surda: a importância da inserção da líbras na sociedade brasileira. Publicado em 01 de fevereiro de 2010**. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/comunidade-surda-a-importancia-da-insercao-da-libras-na-sociedade-brasileira/31988/>>. Acesso em: 08 jun.12.

GOLDEMBERG, Mirian. Entrevistas e questionários. In:_(org.). **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora record, 1999.

INSTITUTO ALFA E BETA: aprender a ler, ler para aprender [site]. **Tratar surdos como ouvintes é “inclusão” que exclui**. Disponível em: <<http://library.constantcontact.com/download/get>>. Acesso em: 07 jul.11.

Lei de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 07 jul.11.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 176-180.

LIMA, Niédja Maria Ferreira de. Inclusão escolar de surdos: o dito e o feito. In: DORZIAT, Ana (org.). **Estudos surdos: diferentes olhares.** Porto Alegre: Mediação, 2011.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** In: ____ (org.). 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação.** In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus (org.). Porto Alegre: Artmed, 2004.

MITTLER, P. J. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Maria A. Amim de. **O que significa ser surdo: conhecendo um pouco do que significa ser surdo através de discussão do filme “seu nome é Jonas”.** Revista virtual de cultura surda e diversidade. Ed. 5/dezembro de 2009 - ISSN 1982-6842. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=199>>. Acesso em: 13/06/12.

PAULON, Simone Mainiere. et al. Processo de inclusão. In: __. **Educação inclusiva: documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria especial, 2005. p.25-31.

REDE SACI: USP Legal para pessoa com deficiência [site]. **Principais causas da deficiência auditiva.** Disponível em: <<http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=1662>>. Acesso em: 10/07/11.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Educação de Surdos: a caminho do bilinguismo.** Niterói: EdUFF, 1999.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTANA, Ernestina Iva de. **Surdez: a história de vida dos surdos de Gado Bravo.** Monografia, 70 p. (graduação). UEPB. Gado Bravo. 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 48: 11-32, jun. 1997. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF>. Acesso em: 10/07/11.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

soares, fabiana marins rodrigues; lacerda, Cristina Broglia Feitosa. O aluno surdo em escola regular: um estudo de caso sobre a construção da identidade. In: GOÉS, Maria Cecília Rafael de. LAPLANE, Adriana Lia Friszman de (org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. São Paulo: Autores associados, 2004.

SILVA, Luzia Alves; IACONO, Jane Peruzo. Reflexões sobre a política de formação de professores para a educação especial/educação inclusiva. In: Programa institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais-PEE (org.). **Pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate**. Paraná: EDUNIOESTE, 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. In: ____ (org.). Porto Alegre: Artmed, 1999.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. In: __ (org.). Florianópolis: /Ed. da UFSC, 2008.

TURECK, Lucia Terezinha Zanato; CARVALHO, José Roberto. Algumas reflexões sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência. In: Programa institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais-PEE (org.). **Pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate**. Paraná: EDUNIOESTE, 2006.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de observação

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do (a) Professor (a):

Série: 5º ano Turno: Tarde

Nome da Escola: Escola Municipal Manoel Francisco da Motta

Turma: C e D

Endereço: Rua Antônio Vieira da Rocha, nº 335 – Bairro do Bodocongó em Campina Grande/PB.

2. DESCRIÇÃO GERAL DOS ALUNOS OBSERVADOS

- ✓ Como agem diante da pessoa observada;
- ✓ Idade aproximada;

3. APARÊNCIA GERAL DA ALUNA SURDA

- ✓ Como aparentemente a pessoa Surda é: descontraída, quieta, debilitada, agitada;
- ✓ A pessoa Surda na escola parece: gostar, não se sente bem, fica isolada dos ouvintes;

4. RELAÇÃO PROFESSORAS X ALUNA SURDA

- ✓ Como ocorrem às relações interpessoais entre o professor e os alunos;
- ✓ Existe comunicação entre as professoras e aluna Surda;
- ✓ Existe comunicação entre alunos ouvintes e aluna Surda;
- ✓ Como são desenvolvidos os trabalhos em sala de aula;

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- ✓ A metodologia utilizada em sala de aula contempla atividades nas quais a pessoa Surda pode aprender.
- ✓ A prática pedagógica propicia a todos o direito de aprender.
- ✓ As atividades propostas para a turma permite com que a pessoa Surda possa participar ativamente;

6. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

- ✓ Os recursos são adequados para o atendimento à pessoa Surda;
- ✓ São apropriados para os alunos e procura atender a todos, bem como leva em conta a pessoa Surda em sala de aula;

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista com as professoras

1. Você já lecionou a pessoas com deficiência?
2. Para você o que é necessário para se ensinar numa sala de aula que tenha alunos/as Surdos/as?
3. Qual sua opinião a respeito da inclusão?
4. Você acredita que a escola regular é o lugar propicio para o ensino às pessoas Surdas? Por quê?
5. Como é a relação da aluna Surda com os colegas ouvintes?
6. Em sua opinião há estímulo e motivação para o professor/a ensinar às pessoas Surdas de acordo com a proposta de educação inclusiva?
7. Quais os meios que você utiliza para se comunicar com a aluna Surda?
8. Em sua opinião, o processo de inclusão promove a aprendizagem a alunos/as Surdos/as?
9. Você recebe alguma assistência no desenvolvimento das atividades com a aluna Surda? Como isso é feito?

APÊNDICE C – Roteiro da entrevista com a aluna Surda

1. Há quanto tempo você estuda na escola regular?
2. Você gosta de estudar na escola regular?
3. Há na escola Intérpretes de Língua de Sinais?
4. Qual a forma de comunicação utilizada no cotidiano da sala de aula entre você e sua professora?
5. A escola tem sala de recursos? Você frequenta? Quantas vezes por semana você vai?
6. Como é sua relação com os colegas ouvintes?
7. Você consegue entender o que o seu (a) professor (a) explica? Por quê?
8. Você recebe algum atendimento individual?
9. O professor demonstra interesse em lhe ensinar?
10. Você sente se é lhe dada à devida atenção quando faz alguma pergunta ao professor em sala de aula?
11. Como são feitas suas atividades em sala? Conta com a ajuda de alguém?
12. Em sua opinião o que falta na escola regular para que você possa aprender?
13. Você se sente incluída na escola regular? Por quê?
14. Quais as disciplinas que você mais gosta na escola regular?
15. Em sua opinião onde você aprende mais, na escola regular ou na bilíngue? Por quê?

ANEXO

ANEXO A – Carta de anuência entregue a diretora da escola pesquisada



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC

COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA – CP

OFÍCIO/UEPB/CEDUC/CP/130/2011

Em, 14 de novembro de 2011

Ilustríssima Senhora

Maria do Socorro Neves de Araújo Normando

Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Francisco da Mota

O currículo do Curso de Pedagogia assume hoje, uma dinâmica, na qual as escolas das Redes Estaduais, Municipais e Particulares se constituem, em instâncias indispensáveis à formação do professor, na medida em que oferece elementos teórico-metodológicos para a reflexão, possibilitando, assim, a unidade teórica-prática.

Acreditando que o contato do licenciando com a prática desenvolvida nessa Instituição, lhe será fundamental para a sua formação, solicitamos a Vossa Senhoria a permissão para que a aluna **MARCICLEIDE DA SILVA ARAÚJO** matrícula 081210108 possa realizar uma pesquisa referente a “Possibilidades e desafios da inclusão da pessoa surda na escola regular”, orientada pela professora Cristiane Maria Nepomuceno.

Atenciosamente,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
[Assinatura]
Prof. Ms. Inácio de Araújo Macedo
Coordenador do Curso de Pedagogia
Mat. 1.205703

Recebido em 16/11/11
[Assinatura]

ANEXO B – Carta de autorização entregue as professoras

Eu, _____, no CPF sob o nº _____ Professora da aluna Surda, objeto de estudo, estudante da Escola Municipal Manoel Francisco da Motta, localizada na Rua Antônio Vieira da Rocha, nº 335 – Bairro do Bodocongó em Campina Grande/PB. Autorizo Marcicleide da Silva Araújo, matricula 081210108, graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba a utilizar a entrevista realizada no dia 09 de novembro de 2011 no seu Trabalho de Conclusão de Curso referente à pesquisa sobre **“Inclusão da pessoa Surda na sala de aula do ensino regular: Possibilidades e desafios”**, orientada pela Professora Dr^a Cristiane Maria Nepomuceno / UEPB.

Campina Grande, 09 de novembro de 2011

ANEXO C – Carta de autorização entregue a mãe da aluna entrevistada

Eu, _____, no CPF sob o nº _____ mãe da aluna Surda, objeto de estudo, estudante da Escola Municipal Manoel Francisco da Motta, localizada na Rua Antônio Vieira da Rocha, nº 335 – Bairro do Bodocongó em Campina Grande/PB. Autorizo Marcicleide da Silva Araújo, matrícula 081210108, graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba a utilizar a entrevista realizada no dia 05 de dezembro de 2011 no seu Trabalho de Conclusão de Curso referente à pesquisa sobre **“Inclusão da pessoa Surda na sala de aula do ensino regular: Possibilidades e desafios”**, orientada pela Professora Dr^a Cristiane Maria Nepomuceno / UEPB.

Campina Grande, 05 de dezembro de 2011
